



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARINNA CUNHA CÂMARA QUIXABA DA SILVA

***Mujeres que dan a luz a nuevos mundos: participação feminina nos governos autônomos do EZLN de 1994 até a atualidade***

BRASÍLIA-DF

2021

MARINNA CUNHA CÂMARA QUIXABA DA SILVA

(15/0017766)

***Mujeres que dan a luz a nuevos mundos: participação feminina nos governos autônomos do EZLN de 1994 até a atualidade***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, SER, da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias.

BRASÍLIA – DF

2021

*À minha avó e mãe, Neusa e Neuracy, mulheres pretas, nordestinas, periféricas, mães solo que lutaram incansavelmente para que seus filhos tivessem acesso à educação.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe por não desistir de tentar oportunizar uma vida melhor para seus três filhos e por isso me permitir acessar uma universidade pública. Obrigada, mãe. Meus agradecimentos também a Marília, minha irmã, obrigada por existir, sua existência dá muito mais sentido à minha. Obrigada Bruno pelo imenso apoio e amor durante toda essa jornada e pelo infinito companheirismo. Meus agradecimentos também a professora Michelly, minha orientadora, obrigada por toda a disponibilidade e prontidão de acompanhar e fazer dar certo. E por fim, agradeço a Universidade de Brasília por contribuir na minha formação como ser humano, assim como o corpo docente do Departamento de Serviço Social pelo aprendizado.

## RESUMO

As mulheres zapatistas constituem de forma expressiva o Exército Zapatista de Libertação Nacional. Com isso, o movimento zapatista incluiu em sua perspectiva teórica a igualdade entre gêneros e a eliminação de todas as opressões. O objetivo central do trabalho é analisar como tem se dado a participação das mulheres zapatistas nos governos autônomos do EZLN desde 1994 até a atualidade. Para isso, temos como referencial o materialismo histórico-dialético, a partir disso, propõe-se trazer reflexões e análises por meio de pesquisa bibliográfica e documental acerca das principais formas de participação feminina no EZLN, assim como as principais estratégias e desafios para a participação nos governos autônomos.

Palavras-chave: *Mulheres zapatistas; EZLN; Lutas sociais.*

## **ABSTRACT**

Zapatista women are a major part of Ejército de Libertación Nacional (EZLN). Therewith, the zapatista movement included in its theoretic perspective equality between genders and the elimination of any kind of oppression. The main goal of this paper is to analyze how it's been given women's participation on the autonomous government of EZLN from 1994 until today. Therefore, we have as reference the dialectical and historical materialism, thus, we propose to bring reflexions and analysis through bibliographic and documental research about the main forms of female participation in the EZLN, along with the main strategies and challenges for their participation in the autonomous government.

*Key words: Zapatista women; EZLN; Social Movements.*

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 - CAPÍTULO 1 - NEOLIBERALISMO NOS ANOS 1990 E O LEVANTE ZAPATISTA EM 1994 .....</b>	<b>11</b>
1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 1990.....	12
2.2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO NEOLIBERALISMO NO MÉXICO NOS ANOS 1990.....	19
2.3 - A FORMAÇÃO DO EZLN NO CONTEXTO SOCIOTERRITORIAL DE CHIAPAS...23	
<b>3 - CAPÍTULO 2 - SER MULHER, POBRE E INDÍGENA EM CHIAPAS NOS ANOS 1990 E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO EZLN.....</b>	<b>28</b>
3.1 – A CONDIÇÃO DAS MULHERES EM CHIAPAS NA DÉCADA DE 1990 E SUA PARTICIPAÇÃO NO LEVANTE ZAPATISTA DE 1994.....	29
3.2 - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA MILITAR, SOCIAL E POLÍTICA ZAPATISTA.....	39
<b>4 - CAPÍTULO 3 - SER MULHER ANTES E SER MULHER AGORA: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO FEMININA NO EZLN.....</b>	<b>47</b>
4.1 - <i>¡QUE VIVAN TODAS LAS MUJERES DEL MUNDO!</i> ESTRATÉGIAS PARA PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ATIVIDADES DOS GOVERNOS AUTÔNOMOS DO EZLN.....	47
4.2 - <i>“NO TE RINDAS, NO TE VENDAS, NO CLAUDIQUES”!</i> DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS GOVERNOS AUTÔNOMOS DO EZLN NA ATUALIDADE.....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão do curso em Serviço Social aborda a participação das mulheres zapatistas nos governos autônomos do EZLN. Esse movimento surgiu como luta social organizada em 1983, formado principalmente por homens e mulheres indígenas das etnias tzeltal, tzotzil, chol, tojolabal, mam y zoque residentes da região da Selva Lacandona, em Chiapas, México. Essa população vivia com altos índices de pobreza, acesso limitado aos serviços públicos e alta mortalidade por doenças curáveis. As péssimas condições de vida, a falta de assistência do governo e principalmente a necessidade de terras para cultivo de subsistência motivaram os zapatistas a pegarem em armas (KLEIN, 2015) em 1994 como parte de uma estratégia de luta.

Depois de uma década de organização clandestina, esse movimento tornou-se conhecido em 1º de janeiro de 1994, a partir de um levante armado, após a assinatura do NAFTA (Acordo de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá) pelo governo mexicano. Esse levante armado ocupou sete municípios do estado mexicano de Chiapas, entre eles San Cristóbal de las Casas, uma das cidades mais importantes do estado, liderado pela Major Ana María. Segundo o governo mexicano, os zapatistas ocuparam 250.000 hectares de terra (KLEIN, 2015), aproximadamente duas vezes a extensão territorial da cidade do Rio de Janeiro.

As principais reivindicações zapatistas eram: trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Entre suas demandas está a autonomia do território zapatista frente ao governo mexicano, por isso o EZLN é constituído por um governo autônomo. Atualmente, a organização zapatista se divide em civil e militar. O exército zapatista é composto por insurgentes, milicianos e comandantes. A direção militar fica a cargo do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI). Já a organização civil é formada pelos municípios autônomos rebeldes (MAREZ) que compõem os cinco *Caracoles* zapatistas (ROVIRA, 2002).

Entre os (as) insurgentes presentes na ocupação das cidades, 33% deles (as) eram mulheres (VANDEN BERGHE, 2001), sendo que dentre as bases de apoio do EZLN, o número de mulheres chega a 55%. Para além da expressiva participação feminina no movimento zapatista, o EZLN coloca como um dos motores da sua luta uma “sociedad tolerante e incluyente, por el respeto a la diferencia, por un país nuevo donde la paz con justicia y dignidad

sea para todos” (EZLN, 2005). Por isso, um dos alvos dessa inclusão são as mulheres, historicamente excluídas e triplamente marginalizadas (mulher, pobre e indígena).

Como um dos primeiros atos após o levante, foi difundida a *Ley Revolucionaria de las Mujeres*, construída e escrita pelas zapatistas após um intenso levantamento das suas próprias demandas. O primeiro direito enumerado na lei trata da participação das mulheres na luta “Las mujeres, sin importar su raza, credo, color, o filiación política tienen derecho a participar en la lucha revolucionaria en el lugar y grado que su voluntad y capacidad determinen.” (EZLN, 1993).

Considerando esses breves elementos sobre a caracterização do EZLN - e em particular a numerosa participação feminina no EZLN, o compromisso do movimento com uma sociedade justa e o direito de participação das zapatistas na luta revolucionária, esse trabalho de conclusão de curso tem um questionamento central: como vêm se dando a participação das mulheres zapatistas nos governos autônomos desde 1994 até a atualidade?

Em relação à minha trajetória pessoal, desde o meu ingresso na Universidade de Brasília no curso de história, desenvolvi um interesse pela história latino-americana e ao longo do curso fui estudando alguns levantes indígenas na América Latina colonial. Isso me despertou um fascínio por esses movimentos reivindicatórios indígenas que remetem à exploração secular vivida por nós. Assim que conheci o EZLN, fui captada pela dimensão do movimento - considerando a posição geográfica (ao lado dos Estados Unidos) e geopolítica do México - e sua configuração abertamente anticapitalista e a fim de construir um *mundo donde quepan muchos mundos*.

Logo que tive conhecimento da existência do movimento e me interessei em saber como se inseriam as mulheres em uma organização que abertamente tentava criar uma nova forma de sociabilidade e um governo autônomo do mexicano e anticapitalista. Então, surgiu o interesse de pesquisar a temática.

É importante ressaltar também que o EZLN é uma luta social e, como afirma Montañó e Duriguetto (2014), esses movimentos são derivações específicas das lutas de classe ao mesmo tempo que as constituem. Posto que as reivindicações - no caso do EZLN, tendo como objeto principal a luta pela terra e serviços públicos básicos -, mesmo que pareçam particulares e específicas, são compreendidas como manifestações diversas da questão social, sendo esse último, objeto do Serviço Social.

Nesse sentido, entende-se questão social como:

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade

humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17)

Além disso, no Código de Ética da profissão de 1993, entre seus princípios, está elencado “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. Nesse sentido, a profissão está intimamente ligada aos processos coletivos de organização que visam a derrubada do capitalismo e a reconstrução de uma nova sociedade, tal qual deseja o EZLN. Assim como o Serviço Social está diretamente relacionado aos próprios movimentos sociais, já que entre as competências descritas na Lei n ° 8.662/1993 está “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”.

A partir desses elementos, o objeto geral do trabalho é analisar como tem se dado a participação das mulheres zapatistas nos governos autônomos do EZLN desde 1994 até a atualidade. Já os objetivos específicos são: caracterizar as principais formas de participação social, política e militar das mulheres zapatistas nos governos autônomos do EZLN existentes desde 1994; identificar as principais estratégias usadas para participação feminina nas atividades dos governos autônomos desde 1994 até os dias atuais (fora do contexto doméstico); e sistematizar os principais desafios à participação feminina nos governos autônomos do EZLN na atualidade (fora do contexto doméstico).

Em relação à metodologia, o método adotado nesse projeto de pesquisa será o materialismo histórico-dialético. Por conseguinte, é uma perspectiva histórica que busca apreender as contradições e as determinações gerais em torno do objeto.

A pesquisa realizada teve um caráter qualitativo e os procedimentos metodológicos foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, sendo que para a primeira houve a realização das atividades de levantamento, revisão e análise de conteúdo; e para a segunda a realização da pesquisa complementar de dados que incluiu a pesquisa documental do documento *Participación de las mujeres en el gobierno autónomo* e dos comunicados publicados no site oficial ezelenista no período de 1994 a 2021.

Esse trabalho tem como principais referenciais teóricos: Guiomar Rovira, autora do livro *Mujeres de Maíz* (2002), sendo esta umas das bibliografias pioneiras sobre a participação das mulheres no EZLN e com a mesma temática, a autora Hillary Klein em seu livro *Compañeras: Zapatista women's stories* (2015) traz um histórico da construção do movimento e da participação feminina até a primeira década do século XXI.

Desta maneira, a partir do método materialista-histórico-dialético e dos procedimentos metodológicos supracitados foi analisada a participação das mulheres zapatistas nos governos autônomos do EZLN desde 1994 até a atualidade.

O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro apresenta as características predominantes do neoliberalismo nos anos 1990 na América Latina, as principais consequências sociais para o continente, principalmente o México. Também se discorre sobre o contexto socioterritorial e socioeconômico de Chiapas nesse mesmo período e sua influência na formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

No segundo capítulo, discorre-se sobre as condições de vida das mulheres indígenas chiapanecas nos anos 1990 antes do levante zapatista, a influência desse cenário na entrada feminina no movimento e as principais formas de participação das mulheres na estrutura ezelenista.

No último capítulo, são analisadas as principais estratégias e desafios identificados para a participação feminina nas atividades dos governos autônomos do EZLN fora do ambiente doméstico desde 1994 até a atualidade.

## **2. CAPÍTULO 1 - NEOLIBERALISMO NOS ANOS 1990 E O LEVANTE ZAPATISTA EM 1994**

*Renombrado como «Neoliberalismo», el crimen histórico de la concentración de privilegios, riquezas e impunidades, democratiza la miseria y la desesperanza.*  
(EZLN, 1996)

Neste capítulo, apresentaremos as características predominantes do neoliberalismo nos anos 1990 na América Latina e suas principais consequências sociais para o continente. Em seguida, trataremos do neoliberalismo no México nos anos 1990 e do contexto socioterritorial e socioeconômico de Chiapas nesse mesmo período, considerando a sua influência na formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). A seguir, discutiremos como esse processo foi implantado na América Latina, suas consequências sociais e influência para surgimento de movimentos sociais antineoliberais.

## 2. 1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 1990

*En forma paulatina, la concentración de la riqueza en pocas manos y la distribución de la pobreza en muchas, va delineando el signo de la sociedad mundial moderna: el frágil equilibrio de absurdas desigualdades. (EZLN, 1997)*

Segundo Harvey (2013, p.12), o neoliberalismo é uma teoria que propõe que o bem-estar humano “pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio”.

Nessa teoria, o único papel do Estado seria criar e manter uma estrutura institucional apropriada para estas contrarreformas<sup>1</sup>, tais como estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais necessárias para a manutenção da propriedade privada e funcionamento adequado dos mercados.

A virada neoliberal aconteceu nos países de economia central após a Segunda Guerra Mundial, com a crise econômica mundial do petróleo, em que perto do final dos anos 1960, tanto o capitalismo - por meio do keynesianismo<sup>2</sup> - quanto o comunismo teriam falhado. O desemprego e a inflação aumentaram, provocando uma estagflação<sup>3</sup> global que durou por boa parte dos anos 1970, ao mesmo tempo em que os gastos sociais recrudesceram. Por isso, a solução foi chegar a uma combinação apropriada entre Estado, mercado e instituições democráticas a fim de garantir “a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade” (HARVEY, 2013, p.20).

Diante disso, essa combinação de elementos basilares do neoliberalismo escancara os reais interesses das classes dominantes: manutenção do seu poder às custas da putrefação das

---

<sup>1</sup> Segundo Almeida (2010), essas contrarreformas neoliberais consistiam em: abertura econômica da periferia; supressão de todo e qualquer controle de mercado e do sistema financeiro; desregulamentação da vida econômica; redução dos gastos sociais (saúde, moradia, educação, assistência social, previdência, segurança etc); e estabelecimento de maior proteção à propriedade privada (principalmente a intelectual).

<sup>2</sup> “As proposições de políticas econômicas keynesianas têm uma simbiose, uma sinergia entre Estado e mercado. As políticas de cunho keynesiano, quer sejam de natureza fiscal ou monetária e cambial, são políticas que tendem a assegurar a estabilização monetária com o emprego.” (FERRARI FILHO, 2009 apud FERREIRA, LIMA JÚNIOR, 2014, p. 51-52)

<sup>3</sup> Ao mesmo tempo, quando ocorre um crescimento econômico negativo (recessão na economia) e a inflação se mantém elevada, a teoria econômica sinaliza esse processo como sendo estagflação (inflação com estagnação econômica) (MARMITT, 2016).

condições de vida da classe trabalhadora, precarização das condições de trabalho, decomposição dos direitos sociais.

Segundo Almeida (2007), a crise mundial do petróleo nos anos 1970 iniciada nos países de economia central juntamente com a crise da dívida pública, acabou impondo de forma mais sistemática, a partir da década de 1990, aos países latino-americanos o modelo neoliberal receitado pelo Consenso de Washington (1989).

Essa reunião acontecida em Washington tinha intenção de discutir um conjunto de contrarreformas essenciais para que a América Latina superasse a crise econômica e retomasse o caminho do crescimento sob a ótica da acumulação do capital. Estavam presentes delegados de diferentes países da América Latina, funcionários do governo dos EUA, dos organismos internacionais e economistas. A conclusão desse encontro - que ficou conhecido como Consenso de Washington - foi que a América Latina passava pelos seguintes problemas: dívida externa elevada, estagnação econômica, inflação crescente, recessão e desemprego. (NAIM, 2000 apud MARTINEZ e OLIVEIRA, 2016).

As medidas receitadas pelo Consenso de Washington podem ser resumidas em:

1- Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, buscando eliminar o déficit público e estabelecendo um superávit primário para o pagamento da dívida externa; 2- Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura, redirecionando recursos para a manutenção da máquina administrativa e subsídios para setores com maior retorno econômico; 3- Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária (elevação dos impostos); 4- Liberalização financeira, com a eliminação das restrições que impedem as instituições financeiras internacionais de atuarem em igualdade com instituições nacionais nos mercados locais, além do afastamento do Estado do setor financeiro e do estabelecimento de taxas de juros reais positivas direcionadas para o mercado; 5- Taxa de câmbio competitiva, para estimular um crescimento rápido na exportação de setores não tradicionais; 6- Abertura do comércio exterior, com a redução das alíquotas de importação para a inserção em uma “economia globalizada”; 7- Eliminação das restrições ao capital estrangeiro, permitindo, assim, a entrada de capitais sob a forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED); 8- Privatização, com a transferência de empresas estatais para o capital privado (nacional e estrangeiro); 9- Desregulação da economia, com a redução da legislação de controle sobre o processo econômico e das relações trabalhistas; 10- Direito à propriedade intelectual. (BRANDÃO, 2017, p. 34)

A propaganda neoliberal se difundiu no “Terceiro Mundo” prometendo que

[...] o jogo livre dos mercados fecharia a brecha do atraso, ao passar não somente pela abertura de fronteiras, como também pela estabilização de preços e contas públicas. Com algum simplismo, postulou-se que o desenvolvimento exportador e de investimento estrangeiro erradicariam a pobreza crônica do subdesenvolvimento, enquanto a difusão automática das melhoras tecnológicas elevaria os padrões de vida e se inverteriam em favor da orientação mercantil das políticas públicas. De modo análogo, sublinhou-se que os mercados abertos e a transparência das transações do governo ou dos particulares colocariam um fim na procura de gastos ou privilégios desmerecidos, isto é, serviriam de antídoto eficaz contra a corrupção. (IBARRA, 2014, p. 239)

A maioria dos países latino-americanos aderiram à proposta neoliberal. A primeira experiência foi no Chile, no governo de Augusto Pinochet, iniciado em 1973. Já na Argentina, se iniciou em 1976, no governo do General Jorge Videla. No Brasil, iniciou-se mais tarde, nos anos 1990, no governo de Collor de Mello. No México, a implantação do modelo neoliberal se iniciou no governo de Miguel de La Madrid (1982-1988). Na Bolívia, em 1985, com a vitória eleitoral de Victor Paz Estenssoro, depois de mais de vinte anos de ditadura militar. Na Venezuela, em 1989, com a eleição de Carlos Perez.

Na prática, a proposta de intervenção mínima do Estado na economia ficou na teoria. O Estado manteve um importante papel não só de implementação de contrarreformas<sup>4</sup>, mas também de reforçamento delas.

O neoliberalismo se tornou um modelo político e econômico à disposição das classes dominantes para controlar o sistema econômico, constantemente fortalecido pela disseminação de uma concepção de sociedade individualista e egoísta (VERGARA, 2008 apud RODRÍGUEZ, 2014).

Apesar de terem sido implementados em períodos diferentes, após anos de neoliberalismo na América Latina, as consequências catastróficas dessas medidas foram as mesmas para a classe trabalhadora e explodiram nos anos 1990.

Durante essa década, a média da taxa de desemprego aberto na América Latina foi de 8,7%. Entre os desempregados, aqueles estratos mais pobres da população latino-americana tiveram maior taxa de desemprego durante o decênio de 1990. De cada 20 milhões de empregos criados no continente nos anos de 1990, 18 milhões correspondiam ao setor informal (CEPAL, 2000 apud CAMPOS, 2017).

Em relação ao salário-mínimo, manteve-se em torno de 30% menor do que o valor de referência, que são cem dólares americanos, padrão estipulado por organismos internacionais como a CEPAL e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Com as transformações do mundo do trabalho implementadas pelas medidas neoliberais, aumentou-se também a pobreza na América Latina. Segundo Sônia Leguizamón (2005 apud CAMPOS, 2017, p. 3), as principais causas dessa pobreza massiva estavam relacionadas:

---

<sup>4</sup> São elas, principalmente: abertura econômica da periferia; supressão de todo e qualquer controle de mercado e do sistema financeiro; desregulamentação da vida econômica; redução dos gastos sociais (saúde, moradia, educação, assistência social, previdência, segurança etc); e estabelecimento de maior proteção à propriedade privada (principalmente a intelectual). (ALMEIDA, 2007)

1) a impossibilidade de gerar ingressos pela via da condição assalariada formal ante o crescente uso do capital intensivo na produção e nos processos de desjurisdição das relações de trabalho; 2) a reforma do mercado de trabalho, a flexibilização trabalhista, a seguridade social; 3) a impossibilidade de acesso a outros meios de subsistência para gerar meios para a reprodução da vida; 4) a reforma dos regimes de estado de bem-estar e 5) novas formas de discriminação étnicocultural.

As consequências mais evidentes e cruciais para a classe trabalhadora nesse período foram o aumento do desemprego e da pobreza, como demonstra a tabela abaixo (Tabela 1). Pode-se perceber que à medida que as contrarreformas foram se expandindo, conseqüentemente aumentaram a pobreza e o desemprego.

**TABELA 1 - Evolução das contrarreformas econômicas, desemprego e pobreza na América Latina/ anos 1990**

**QUADRO 4: EVOLUÇÃO DAS REFORMAS ECONÔMICAS, DESEMPREGO E POBREZA\* NA AMÉRICA LATINA/ ANOS 1990**

Índice - taxa	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Reforma econômica	0.72	0.74	0.76	0.77	0.78	0.79	0.81	0.82	0.82	0.82
Desemprego	5.8	7.5	8.1	8.2	8.3	10	9.9	9.3	10.3	11.0
Pobreza*	200	200.96	202.58	204	205.97	207.30	208.54	209.23	210.34	211

\* POBREZA FOI OBSERVADA A PARTIR DO VALOR ABSOLUTO DE POBRES NA AMÉRICA LATINA, EM MILHÕES.

Fonte: CAMPOS, 2017, p.13.

Em valores percentuais, 1990 foi o ano com maior extensão da pobreza e da indigência, registrando 48,3% e 22,5%, respectivamente na América Latina. Segundo a CEPAL (2000 apud CAMPOS, 2017), em 1980, havia 135 milhões de pobres, dez anos depois eram 200 milhões; já em 1999 foram registradas 211 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza.

Com relação à indigência, em 1980, eram 18,6% de indigentes, em milhões de pessoas, eram 62,4. Em 1990, se transformaram em 93,4 milhões de latino-americanos nessas condições, correspondendo a 22,5% da população do continente.

**TABELA 2 - Pobreza e pobreza extrema na América Latina, 1980-1999**

*Table 1. Poverty and Extreme Poverty in Latin America, 1980–1999*

	Poverty		Extreme Poverty	
	Millions of People	Percentage of Population	Millions of People	Percentage of Population
1980	135.9	40.5	62.4	18.6
1990	200.2	48.3	93.4	22.5
1997	203.8	45.7	88.8	19.0
1999	211.4	43.8	89.4	18.5

Fonte: ECLAC, 2004, p. 35 apud GURGEL e RIGGIROZZI, 2012, p. 5.

A partir dessa Tabela 2, pode-se aferir que à medida que mais países iam aderindo ao modelo neoliberal na América Latina, maior o número de latino-americanos vivendo em condição de pobreza.

Entende-se que as políticas neoliberais, ao contrário do prometido, promoveram mais pobreza durante a década de 1990. Esses números refletem os efeitos da opção política neoliberal, representada pelas maiores taxas de desemprego, “pela insegurança nas relações de trabalho, pelo rebaixamento salarial e pelo processo de informalização” (CAMPOS, 2017, p. 6). Desta maneira, o preço da crise foi pago pela classe trabalhadora a partir da precarização de suas condições de vida.

A deterioração das condições de vida acirrou as lutas de classes na América Latina e conseqüentemente as lutas sociais. A partir desse cenário, a classe trabalhadora e os segmentos populares (incluindo camponeses, indígenas, população negra, mulheres, dentre outros) decidiram se organizar a partir de mobilizações e movimentos sociais a fim de se opor às contrarreformas neoliberais. Então foi-se criando dilemas políticos para os governantes quando esses segmentos decidiram se organizar coletivamente contra as ameaças econômicas e a erosão de direitos.

Entre os principais movimentos antineoliberais na América Latina, segundo Almeida (2007), tivemos em El Salvador, a união do setor público contra a privatização dos sistemas de telecomunicações e saúde. As associações de professores na Argentina, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá e Peru que também se mantiveram ativas contra as medidas neoliberais, especialmente nas mobilizações contra cortes nos salários e nos orçamentos da educação, assim como das contrarreformas previdenciárias.

No movimento estudantil, pode-se destacar uma variedade de protestos especialmente contra o aumento de mensalidades (a greve na Universidade Nacional Autônoma do México em 1999-2000), cortes no orçamento da educação (Nicarágua entre 1995 e 2004) e aumentos no preço do transporte escolar para estudantes (os quais causaram protestos em massa compostos por estudantes no Chile e no Equador em 2001).

Os grupos de camponeses e trabalhadores rurais também iniciaram vários movimentos e campanhas, especialmente na Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, México, Nicarágua, Paraguai e principalmente na Guatemala. Suas principais contestações eram os cortes nos

subsídios para insumos agrícolas, crescimento dos débitos pessoais e a privatização dos sistemas de proteção social<sup>5</sup>.

Segundo Petras e Veltmeyer (2011), essa onda de movimentos antineoliberais tinham como base também os trabalhadores rurais sem-terra, camponeses e, em alguns contextos, comunidades indígenas.

Ante o exposto, é possível perceber que as contrarreformas neoliberais não passaram “docilmente” pela classe trabalhadora. Diversos movimentos e mobilizações foram impulsionados com o intuito de resistir, inclusive pela via eleitoral.

Todo esse contexto apresentado gerou o descontentamento da classe trabalhadora em relação aos governos vigentes e possibilitou a ascensão de governos progressistas na América Latina nos anos 2000. No Brasil, Lula e Dilma de 2003 a 2016; Hugo Chávez na Venezuela em 1999; Manuel Zelaya em Honduras (2006-2009); Fernando Lugo no Paraguai (2007-2012); Rafael Correa no Equador (2007 até 2017); Evo Morales na Bolívia (2006 a 2019).

No geral, esses governos mais à esquerda adotaram políticas fiscais e sociais, na década de 2000, caracterizadas por meio da elevação do gasto público não social (investimento em infraestrutura) e social (grandes programas contra a pobreza e de fortalecimento da proteção social) (CEPAL, 2012 apud PINTO, 2016). Conseguindo assim, estimular a expansão do PIB com melhorias expressivas nas condições sociais da região.

Segundo a CEPAL (2012 apud PINTO, 2016), entre 1999 e 2010, a renda dos 10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres caiu na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, República Dominicana e Venezuela. Outro indicador social que teve uma diminuição expressiva foi a taxa de pobreza e indigência - (de 43,9% para 31% da população entre 2002 e 2010) e da indigência (de 19,3% para 12,1% da população entre 2002 e 2010). Em números absolutos, significa dizer que 49 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza e 30 milhões, da indigência.

Segundo Machado (2006), esse período foi marcado por uma configuração diferente das lutas sociais, com um significativo protagonismo dos movimentos sociais. Em face do exposto, é possível entender por que as lutas sociais se alteraram, já que as necessidades básicas da classe trabalhadora foram atendidas em maior quantidade, melhorando concretamente suas

---

<sup>5</sup> “Di Giovanni (1998) conceitua proteção social como sendo as formas institucionalizadas ou não que as sociedades constituem para proteger seus membros, dos riscos sociais ou vicissitudes da vida em sociedade. As formas e os modos de alocação de recursos variam de um grupo social para outro, segundo critérios históricos e culturais, e estão submetidos à dimensão de poder. As sociedades edificam suas formas de proteção social de acordo com suas especificidades e com a maneira como se entrelaçam as relações entre Estado, sociedade e mercado, de modo que, em todas as épocas, foram desenvolvidas formas de amparo aos pobres, necessitados e cidadãos de modo geral. (Giovanni, 1998, p. 38).” (CRONEMBERGER e TEXEIRA, 2015, p. 133)

condições de vida. Logo, houve mudanças nas expressões da questão social, conseqüentemente também, nas lutas sociais.

A “paz” na América Latina durou pouco. Após a crise mundial de 2008, ficou evidente que a “conciliação” temporária entre capital e trabalho tinha chegado ao fim e a reação conservadora veio.

Retomando sua prática de golpes na América Latina, ao invés de destituições militares, a estratégia das classes dominantes foi impor golpes, a exemplo do que ocorreu no Brasil em 2016, em um “grande acordo nacional” “com supremo, com tudo”<sup>6</sup> por meio do golpe contra a presidenta legitimamente eleita Dilma Rouseff; no Paraguai em 2012 com Fernando Lugo; e Evo Morales na Bolívia em 2019. Desse modo, abrindo caminho para a ascensão de governos neoliberais de direita e extrema-direita na América Latina.

Diante disso, ressalta-se que a implantação do neoliberalismo na América Latina nos anos 1990 teve inúmeras conseqüências maléficas para a classe trabalhadora. Com a ausência do Estado na sua função protetiva, houve uma degradação das condições de vida das classes subalternas ao passo que as classes abastadas mantiveram seus privilégios.

Nesse sentido, observa-se a recrudescência das lutas sociais na luta pela desmercantilização da vida. Conquanto, os movimentos sociais encontram entraves para existir dado que se inserem dentro de todo esse contexto de um neoliberalismo global no qual o Estado tem suas funções limitadas pelo próprio modelo econômico.

Por isso, apesar de terem inúmeras possibilidades, também têm alcances limitados pela própria característica da democracia burguesa neoliberal; da posição latino-americano subserviente na estrutura político-econômica mundial; da criminalização das lutas sociais – muitas vezes também jurídica – aliada à incriminação midiática.

Por isso, muitos movimentos sociais latino-americanos têm buscado enfrentamento ao neoliberalismo fora dos limites estatais. Tal qual o EZLN, fruto da indignação e descontentamento com as precárias condições de vida, agravadas pelas políticas neoliberais no México. Feita essa breve contextualização sobre o neoliberalismo na América Latina, no próximo subtópico, focaremos em analisar as principais características do neoliberalismo no México nos anos 1990.

---

<sup>6</sup> Refere-se ao diálogo entre ex-senador Romero Jucá e empresário Sérgio Machado “- Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer]... É um acordo, botar o Michel, **num grande acordo nacional**, sugere Machado.

- **Com o Supremo, com tudo**, afirma Jucá.

- Com tudo, aí parava tudo, anuncia Machado.

- É delimitava onde está, pronto, afirma o senador peemedebista.” (EL PAÍS, 2016) (grifo nosso)

## 2.2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO NEOLIBERALISMO NO MÉXICO NOS ANOS 1990

*Entonces en el neoliberalismo que nos imponen los malos gobiernos [...]. Y lo que está pasando es que México se está convirtiendo nomás en donde nacen y un rato, y otro rato se mueren, los que trabajan para la riqueza de los extranjeros principalmente de los gringos ricos. Por eso decimos que México está dominado por Estados Unidos.  
(EZLN, 2005a)*

O período neoliberal no México se iniciou no governo de Miguel de la Madrid no ano de 1982. No mesmo ano, o presidente assinou uma *Carta de Intención* com o Fundo Monetário Internacional que obrigou o México a seguir o receituário de contrarreformas desse organismo internacional. O programa de contrarreformas estruturais continha cinco objetivos macroestruturais

a) Crecimiento sostenido de la producción y el empleo, b) Superación del desequilibrio externo, c) Abatimiento de la inflación, d) Fortalecimiento de las finanzas públicas, através de la reducción del déficit a 8.5% del PIB en 1983, 5.5% en 1984 y 3.5% en 1985, y e) Freno al endeudamiento público, el cual no debiera exceder los 5 mil millones de dólares en 1983, y ajustarlo a una proporción del PIB en lo subsecuente. (VARGAS, 2005, p. 200)

No governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), esse processo continuou. Segundo Filho (2007), o México foi o primeiro país latino-americano a implantar o modelo recomendado pelo Consenso de Washington. Nessa etapa, a privatização foi intensificada. Até 1993, cerca de 80% das indústrias mexicanas já tinham sido vendidas, reduzindo a inflação de 150% para 10% ao ano. Porém as medidas foram incapazes de reduzir a dívida pública.

Em 1994 entra em vigência o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), assinado ainda no governo de Salinas. Esse acordo não beneficiou os três países igualmente. Os EUA ficaram favorecidos pela utilização da mão de obra mexicana mais barata (principalmente nas *maquilladoras*), assim como pelos incentivos fiscais para a instalação de indústrias no país. A assinatura do tratado piorou a situação da economia camponesa e incrementou a dependência financeira em relação aos EUA (MURILLO, 2017).

Além disso, com o NAFTA, as exportações aumentaram significativamente, principalmente para os EUA. Contudo, as importações vindas do país vizinho ultrapassaram as exportações, dando lugar a um déficit comercial crônico.

Para esse autor supracitado, as medidas neoliberais desse período implantaram a liberalização comercial, primeiro com a entrada no Acordo Geral de Tarifas e Comércio em 1986-1987 e posteriormente com a entrada no NAFTA. O apego ao tratado e às políticas do Consenso de Washington significaram uma “camisa de força” para as políticas macroeconômicas mexicanas e os levaram a uma dependência econômica, financeira e política dos EUA.

Ernesto Zedillo Ponce de Leon foi o presidente seguinte (1994-2000), e manteve a privatização de empresas públicas. Contudo, recebeu o país em uma grave crise econômica e financeira. Para contê-la, implementou medidas de austeridade (aumento das tarifas públicas e arrocho salarial da classe trabalhadora) jogando o preço da crise para os menos abastados.

Essa crise levou o México, em dezembro de 1994, à recessão econômica, acentuada pela desvalorização do peso mexicano, “que se traduziu em perda de bilhões de dólares em divisas e fuga do capital estrangeiro – o nome dado à crise foi Efeito Tequila, ou seja, o efeito do dia seguinte do neoliberalismo.” (FILHO, 2007, p. 10)

Para Murillo (2017), as medidas neoliberais tiveram um grande impacto negativo nas condições de vida do povo mexicano, provenientes da combinação de uma política econômica e social depredadora, com a corrupção público-privada e o narcotráfico. A inflação chegou a números incontroláveis<sup>7</sup>. Segundo Hernández-Laos (1992 apud LATAPI e DE LA ROCHA, 1995), em 1981, 52,5% dos lares mexicanos eram considerados pobres, crescendo para 62,5% em 1988, tendo um aumento de 4 milhões de lares (22 milhões de pessoas) em números absolutos. Em 1990, 41 milhões de mexicanos eram incapazes de satisfazer suas necessidades básicas, ou seja, se encontravam em situação de pobreza, enquanto 17 milhões viviam em extrema pobreza.

Segundo cálculos de Boltvinik (1998 apud VARGAS, 2005, p. 221), com as medidas neoliberais, a população mexicana estava se polarizando aceleradamente, onde os pobres vinham se reduzindo em números e os indigentes tendiam a crescer mais rapidamente que

---

<sup>7</sup> “En cambio, a lo largo del sexenio de Miguel de la Madrid (1982-1988) el IPC se disparó de 100 a 4 mil 871.5%, con Carlos Salinas (1988-1994) de 100 a 252.8% y con Ernesto Zedillo (1994-2000) de 100 a 323.8%. Todo ello da un aumento, durante el populismo (1960-1982), de 100 a 1 mil 231.4% en el IPC, mientras que en el neoliberalismo (1982-2000) el incremento fue de 100 a 39 mil 883.7%, cuarenta veces más.” (VARGAS, 2005, p. 209)

outras categorias da pobreza. Assim se mantinha a necessidade técnica da pobreza para que o neoliberalismo pudesse funcionar.

O valor real dos salários caiu, em 1983, o salário-mínimo nacional representava 72,5% do valor em 1978; em 1990, representava só 39,4%. Em relação aos serviços de saúde públicos, o impacto das medidas neoliberais foi dramático, em 40 anos de neoliberalismo, os leitos em hospitais foram reduzidos para menos da metade.

A concentração de renda aumentou. Em 1998, os 10% mais pobres do México detinham 1,3% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficavam com 41,7%. Nesse sentido, destaca-se que esse fenômeno de concentração de renda foi provocado pela política de redução salarial que tem sido instrumentalizada sistematicamente desde do início do neoliberalismo no México.

Essa precarização das condições de vida foi impulsionando que um bom número de mexicanos arriscasse suas vidas para cruzar a fronteira com os EUA em busca de uma vida melhor no país de forma ilegal em trabalhos precarizados.

Entretanto, a desproteção social acentuada durante esse período também gerou movimentos de resistência. Como, por exemplo, os “Movimentos Urbanos de Sobrevivência”, que se expandiram nos anos 1980, focados em ter direito à terra, teto, recursos básicos e infraestrutura (STEPHEN, 1996).

O neoliberalismo continuou a todo vapor no México nos governos seguintes de Vicente Fox (2000-2006), Felipe Calderón (2006-2012), Enrique Peña Nieto (2012-2018). Nesse período, segundo Murillo (2017), foram feitas reformas trabalhistas que legalizaram e aprofundaram a flexibilização da relação entre capital e trabalho em desfavor dos trabalhadores; inclusive, para sair da crise mundial de 2008, foi implementado um programa de reajuste fiscal que teve como consequência a diminuição da qualidade de vida da classe trabalhadora.

Em 2014, estima-se que 21.8 milhões de mexicanos não tinham acesso aos serviços de saúde e 70,1 milhões de mexicanos estavam fora das instituições de seguridade social. O neoliberalismo prometeu acabar com a pobreza e levar os países “periféricos” rumo ao desenvolvimento. Porém, em 1992, 53,1% da população total mexicana estava em situação de pobreza, já em 2014, esse número era 53,2%, sendo essa mais uma promessa quebrada pelo neoliberalismo, e que explicitou que a implantação de medidas neoliberais não melhorou a vida da maioria dos mexicanos, apenas manteve os poderosos em sua irretocável posição<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Essa posição se refere à concentração de muita riqueza na mão de poucos membros da elite econômica, segundo dados de Esquivel (2015 apud MURILLO, 2017, p. 352) “la violencia económica neoliberal ha expropiado el

Outro problema crônico que se manteve nos governos neoliberais após os anos 1990 foi a violência, homicídios e desaparecimentos na guerra contra o narcotráfico. Segundo Murillo (2017, p. 253)

El número de lesionados entre 2000 y 2014 ascendió a 3 552 509, mientras el número de homicidios alcanzó 464 355, lo cual constituye una verdadera catástrofe. Los delitos contra la salud (narcotráfico) reportados en el Fuero Federal ascendieron a 585 810 entre 2000 y 2014, mientras que los delitos por uso de armas de fuego y explosivos fueron 242 262 en ese mismo periodo (Tercer Informe de Gobierno de Enrique Peña Nieto, 48-50). Recientemente, la ONU dio a conocer, con base en datos del Registro Nacional de Personas Extraviadas y Desaparecidas de la Secretaría de Gobernación, que entre 2006 y 2014 en México han desaparecido más de 23 mil personas, 30% de las cuales son menores de 18 años (La Jornada, 21-01-2016, p. 7). Al corte más reciente, correspondiente al 31 de octubre de 2015, las procuradurías y fiscalías reportaron en conjunto 26 670 casos de personas no localizadas, 3 399 más que en octubre de 2014 (La Jornada, 21-01-2016).

Pode-se perceber que a expansão neoliberal no México dos anos 1990 até a atualidade agudizou todas as mazelas crônicas do país, acirrando as expressões da questão social. Por isso, a classe trabalhadora mexicana reagiu com movimentos sociais e protestos quase que diários contra as medidas neoliberais e obteve como resposta a repressão sistêmica<sup>9</sup>, olhos cegos e ouvidos surdos para as reivindicações dos segmentos populares mexicanos.

Diante do evidenciado, é importante observar as peculiaridades da realidade mexicana e suas consequências para as lutas sociais, considerando as particularidades acerca da sua posição geopolítica ao lado dos Estados Unidos da América; as eleições fraudulentas; o Estado narco; a violência política.

O México encontra-se ao lado dos EUA e sua relação com o país vai muito além de uma ligação fronteiriça, já que o país assinou tratados internacionais com o Estado vizinho que o desfavorecem, ao mesmo tempo que são bem vantajosos aos EUA. Assim, os Estados Unidos mantêm o México “amarrado” e dependente dos mandos e desmandos da política imperialista estadunidense. Apesar de toda a América Latina sofrer influência dos “ianques”<sup>10</sup>, no México isso se dá de forma muito mais feroz, tornando-se muito mais difícil fazer “concessões” para a classe trabalhadora sem ferir os interesses estadunidenses.

---

bienestar de la clase trabajadora y ha favorecido la concentración de la riqueza en la que el 10% de los agentes económicos poseen el 64.4% de la riqueza nacional”.

<sup>9</sup> Segundo Murillo (2017), a violência política tem sido substancial nos governos do PRI e do PAN contra os movimentos sociais.

<sup>10</sup> O termo “ianque” foi originalmente aplicado e, frequentemente, de forma pejorativa para colonos britânicos nas colônias da Nova Inglaterra. Juntamente com “gringo”, no geral, o termo foi usado depois por latino-americanos para descrever pessoas originárias dos EUA para enfatizar as diferenças raciais e culturais percebidas. (SMITH, 2006)

Outro ponto relevante são as famosas eleições fraudulentas<sup>11</sup>. Se as democracias latino-americanas já são frágeis, no México ela é ainda mais, em que a escolha dos governantes não acontece de forma transparente. Então, os governantes eleitos já têm seu projeto político consolidado a fim da manutenção do empreendimento neoliberal com o *Estado narco*<sup>12</sup>, que utiliza a violência política como forma de repressão às lutas sociais. Frauda-se eleições para se preservar o controle do governo mexicano pelo narcotráfico, ao mesmo tempo que se utiliza a estratégia de contenção dos movimentos sociais pelo medo. Matam e desaparecem com seus líderes<sup>13</sup>, desencorajando a população a se engajar nas lutas sociais, ao mesmo tempo que não deixam uma opção de transformação social dentro da institucionalidade mexicana para os movimentos sociais.

Apresentada as particularidades do neoliberalismo no México, no próximo subtópico destacaremos o contexto socioterritorial de Chiapas e sua influência na formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

## 2. 3 - A FORMAÇÃO DO EZLN NO CONTEXTO SOCIOTERRITORIAL DE CHIAPAS

*[...] hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin importales que no tengamos nada, absolutamente nada[...]*  
(EZLN, 1994)

<sup>11</sup> A fraude eleitoral é uma realidade no México, tendo acontecido para a eleição de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), Ernesto Zedillo (1994-2000), Vicente Fox (2000-2006), Felipe Calderón (2006-2012), Enrique Peña (2012-2018). (MURILLO, 2017)

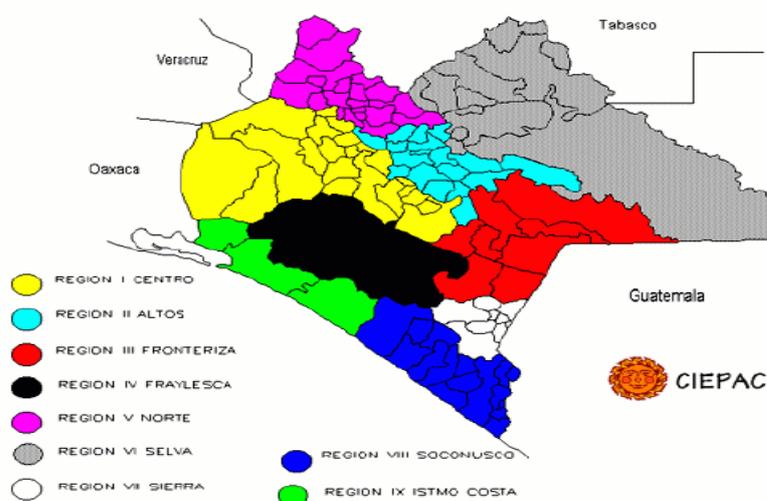
<sup>12</sup> Segundo Solís (2013 apud MURILLO, 2017), o termo *Estado narco* se refere à relação simbiótica entre o Estado mexicano e o crime organizado (narcotráfico) que tem alterado as relações sociais de produção e o seio do regime de acumulação vigente.

<sup>13</sup> “Red TDT indica, en su informe Semillas de Dignidad y Lucha. Situación de Personas Defensoras en México, 2019-2020, que las agresiones ‘están diversificadas’ y han sido perpetradas ‘por agentes del Estado, empresas o crimen organizado —muchas veces en colusión con las mismas autoridades—’, pero considera que todas ellas son ‘responsabilidad del Estado’. ‘México no es un país seguro para el ejercicio de la defensa de derechos humanos’, afirma el informe. Esta conclusión se suma a la advertencia de la Organización de Naciones Unidas sobre la vulnerabilidad en la que se encuentran las personas defensoras en el país.” (GUILLÉN, 2021)

Para entender como se deu a rebelião zapatista ocorrida em Chiapas no ano de 1994 enquanto uma expressão das lutas sociais constituídas a partir da expansão neoliberal no México, é necessário entender a localização socioterritorial do estado, o histórico da reforma agrária mexicana, as condições de vida dos indígenas da região e sua interferência na construção das reivindicações do movimento.

O Estado de Chiapas está situado no sudeste do México e ocupa 3,8% da extensão territorial total do país, a leste faz fronteira com a Guatemala (FIGURA 1). No México, há cerca de 62 grupos étnicos, e a região de Chiapas conta com o maior número de grupos indígenas da família dos maias<sup>14</sup>. Esses povos têm sua origem nos tempos pré-invasão espanhola. Cerca de 30% da população do estado é composta por indígenas, predominantemente no âmbito rural, que se baseiam em economia de subsistência (BONIACK, 2019).

**Figura 1 - MAPA DE CHIAPAS POR REGIÃO**



Fonte: CIEPAC, s.f. apud BONIACK, 2019, p. 34.

A pobreza rural dos camponeses sem terra no México foi um dos motivos subjacentes da Revolução Mexicana de 1910<sup>15</sup>. A Constituição Mexicana de 1917 restaurou o sistema *ejidal*<sup>16</sup> de terras comunais. Essa forma de organização da terra remonta ao período pré-invasão

<sup>14</sup> Algumas etnias indígenas da família dos maias: lacandones, choles, tzeltales, tojolabales, tzotziles, jalcatecos, mames y motozintlecos. (BONIACK, 2019)

<sup>15</sup> A Revolução Mexicana foi um dos movimentos organizados de transformação social mais importantes da história moderna, foi uma insurreição popular que se estendeu de 1910 a 1917, deixando um milhão de mortos. Esse movimento forneceu o ambiente político, jurídico e social que antecedeu e motivou a formulação da nova constituição mexicana de 1917, sendo a primeira do mundo a assegurar direitos sociais - regulação da propriedade e reforma agrária, direitos dos trabalhadores, direito à educação laica - em seu texto. (RIZZI, 2016)

<sup>16</sup> "Ejidales: Terras sem demarcação, situadas no contorno externo imediato das comunidades, e que eram utilizadas coletivamente para pastoreio, colheita de frutos selvagens, extração de lenha e recreação. Ficam às margens do

espanhola, perdurando durante a colônia, sendo proscrita pela constituição mexicana de 1857 (KLEIN, 2015).

O sistema *ejidal* constituiu um componente chave para a reforma agrária implementada na maior parte do México a partir do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). Durante esse governo, foram distribuídas milhares de hectares de terras em Chiapas e muitos mais nas décadas seguintes, mesmo que não tenha sido uma reorganização latifundiária em grandes quantidades - já que quantitativos imensos de terras permaneceram intactos. Por conseguinte, esse sistema *ejidal* passou a ser o principal mecanismo que permitiu aos camponeses mexicanos a obtenção do título de propriedade das terras e uma motivação para se engajar nas lutas sociais a fim de aprofundar sua partilha.

Segundo Collier e Quaratiello (2005), em Chiapas, quando o governo mexicano começou a trazer para a agenda governamental a reforma agrária, os camponeses eram relativamente fáceis de serem mantidos como aliados sem estabelecer conflitos com os latifundiários. A maioria das terras distribuídas para os camponeses chiapanecos eram marginais, nas montanhas, territórios que os fazendeiros tinham usurpado no século XIX. Quando as reivindicações aumentaram nos anos 1950, o governo ainda garantia os privilégios dos fazendeiros ao distribuir aos indígenas pequenas terras menos valiosas nas periferias das plantações.

Assim, no início da década de 1950, com o aumento do desemprego entre indígenas, já que seu trabalho nas *fincas*<sup>17</sup> diminuiu, a Selva Lacandona<sup>18</sup>, se converteu em uma válvula de escape para atenuar o acirramento da luta por terra. Segundo Klein (2015), a partir do oferecimento de terras que tinham sido expropriadas através de vários decretos presidenciais, o governo afagou os camponeses *tzeltales* e *tzotziles*. Anos mais tarde, essas comunidades isoladas na Selva Lacandona - em terras impróprias, longe de centro urbanos, escassas de serviços públicos - que se formaram mediante impulso governamental, tornaram-se bases de apoio fundamentais para os zapatistas.

De acordo com Collier e Quaratiello (2005), as medidas de austeridade de Miguel de la Madrid (1982-1998) findaram subsídios para fertilizadores e outros insumos químicos,

---

fundo legal - ou seja, para além do terreno em que há ocupação direta pelas habitações e construções da comunidade. São utilizadas por todos e de propriedade coletiva do povoado.” (RIZZI, 2016, p. 236)

<sup>17</sup> Fazendas nas quais até os anos 80 e 90, mulheres, homens e crianças trabalhavam em condições escravistas. (SERVICIO INTERNACIONAL PARA LA PAZ, 2016)

<sup>18</sup> A Selva Lacandona se localiza nas montanhas do oriente de Chiapas, onde os zapatistas estão localizados majoritariamente. A Selva Lacandona é habitada por um mosaico de etnias indígenas, principalmente tzotziles, tzeltales, choles e lacandones. (FUNDACIÓN CARLOS SLIM, 2018)

erodindo o incentivo para as colheitas dos camponeses. Já no governo de Salinas (1988- 1994), decidiu-se que os camponeses deveriam ser absorvidos pela modernização, aniquilando os empréstimos e reformando a constituição que garantia o direito à terra.

Em 1992, o governo mexicano reescreveu a seção da reforma agrária na constituição mexicana, pondo um fim às políticas de terras conhecidas até então. Agora as terras *ejidales* podiam ser divididas e alienadas<sup>19</sup>. Mesmo não sendo terras da melhor qualidade, eram elas que davam autonomia aos indígenas das precárias condições de trabalho nas *fincas*.

A partir dessa contrarreforma constitucional, as esperanças de ter terras foram surrupiadas. Negando a possibilidade legal do direito à terra, segundo Collier e Quaratiello (2005), o governo removeu uma razão crucial para os camponeses tentarem agir de acordo com a lei.

Toda essa desproteção teve consequências nas condições de vida dos chiapanecos, principalmente dos indígenas. No âmbito rural de Chiapas era tragicamente comum que crianças pobres morressem de doenças curáveis. Em 1994, a taxa de mortalidade infantil do estado era duas vezes mais elevada que a do resto México. Segundo Klein (2015), as comunidades indígenas padeciam de péssimas condições de saúde e o acesso aos serviços de saúde era extremamente limitado.

Apesar dos recursos naturais abundantes (terra, petróleo, gás natural e água), Chiapas é um dos estados mais pobres do país. Produz mais da metade da energia hidroelétrica mexicana, ainda assim, em 1990, quase metade da população não tinha acesso à energia elétrica.

Em 1992, 80% das casas tinham piso de terra. Já 45% das crianças passavam por problemas de desnutrição (ÚRZUA; TAULIS, 1994 apud ALMEIDA, 2010). Justamente na região de Chiapas onde mais se concentra a população indígena, mais elevadas são as taxas de marginalização.

Enquanto a média nacional de analfabetismo da população acima dos 15 anos era de 12,44% nos anos 90; em Chiapas era 30,12%. A População Economicamente Ativa (PEA) chiapaneca, em 1990, era de 854.000 de pessoas, enquanto a inativa era de 1,2 milhões.

Todo esse cenário de desigualdade, ausência estatal e desproteção social nos ajuda a entender como um movimento armado iniciado com 6 intelectuais idealistas<sup>20</sup>, em 1983, conseguiu agregar para a rebelião milhares de pessoas.

---

<sup>19</sup> “Con la reforma de 1992 al artículo 27, por primera vez se permite la venta del suelo ejidal y comunal, lo cual supuestamente permitiría que paulatinamente se reemplazara su venta ilegal por su incorporación ordenada al desarrollo urbano legal”. (LOZANO, 2005, p. 2)

<sup>20</sup> “According to Major Mario of the EZLN, the clandestine Zapatista army had its inception on November 6, 1983, when six idealists from Mexico's north arrived to join forces with dissident peasants and Indians in a

Depois de uma década de organização clandestina, conseguindo de boca em boca atingir mais pessoas para o movimento, as comunidades decidiram pegar em armas

Se estaban muriendo —decían— de hambre y enfermedades curables, y por tanto estaban dispuestos a correr el riesgo de morirse rápido de un balazo si a cambio existían oportunidades de un futuro mejor para sus hijos. Tras muchos años de participar en movimientos sociales pacíficos habían llegado a la conclusión de que no existía más alternativa que la lucha armada. Después de una amplia consulta a las comunidades zapatistas, el EZLN resolvió ir a la guerra. (KLEIN, 2015, p.47)

Segundo Lusting (1995), as injustiças sociais tais como: a pobreza, a falta de liberdade política e a discriminação da elite local estão na raiz da rebelião zapatista. Ao tomarem 7 municípios de Chiapas em 1º de janeiro de 1994, os zapatistas se rebelaram publicamente contra cinco séculos de exploração e violência

HOY DECIMOS ¡BASTA![...]Somos producto de 500 años de luchas[...]hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin importarles que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.

[...] Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por **trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz.** (EZLN, 1994) (grifo nosso)

Diante do exposto, é possível observar o papel do neoliberalismo no acirramento das lutas sociais no México e seu impacto na população indígena. Desde da invasão hispânica até os dias atuais, os indígenas foram incumbidos dos trabalhos mais precários, das condições de vida mais marginais e legados ao esquecimento pelo Estado.

Mesmo quando o Estado mexicano garantiu constitucionalmente o direito à terra aos indígenas, essa garantia foi engazopada para atender aos interesses das classes dominantes. Com as medidas neoliberais e da ausência estatal, isso se intensificou, levando ao aumento das expressões da questão social, dentre as quais estão as lutas sociais.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional não foi um movimento espontâneo. Esse movimento foi gestado por uma década antes de ganhar notoriedade mundial. Antes de 1983 - quando o EZLN foi fundado -, os indígenas tentaram de todas as formas pacificamente garantirem seus direitos e exigir a presença da proteção social estatal. Porém foram

---

movement that immediately went underground to begin military and political organizing.” (COLLIER e QUARATIELLO, 2005, p. 83).

repreendidos – muitas vezes violentamente - e após a mudança constitucional de 1992, ficou claro que suas demandas não poderiam ser supridas dentro da democracia neoliberal.

À vista disso, é possível entender por que o Exército Zapatista de Libertação Nacional procurou a resposta de seus problemas fora da institucionalidade burguesa. Após anos de marginalização, com a expansão neoliberal no México a partir dos anos 1990, constataram que a *Dictadura Perfecta*<sup>21</sup> jamais poderia satisfazer as demandas populares e que a emancipação social só seria possível com o fim do neoliberalismo. Por isso, decidiram que apenas a luta armada e a construção de nova sociedade autônoma do governo mexicano poderiam libertar os mexicanos de todas as opressões impostas pelo capitalismo, uma vez que para os zapatistas, a vida com dignidade para todos passa pela construção de um novo mundo.

A partir desses elementos abordados no decorrer deste capítulo, é possível observar como a implantação de governos neoliberais nos anos 1990 foram cruciais para o aumento e diversificação das expressões da questão social na América Latina. Assim, como o aumento dos movimentos sociais e mobilizações contrárias às medidas neoliberais.

Com isso, identificamos as mudanças no México com sua entrada na era neoliberal e nas condições de vida da classe trabalhadora mexicana e o agravamento das marginalizações das populações indígenas em todo o México, principalmente em Chiapas, enquanto determinantes do processo que levou à formação e expansão do EZLN no sul do México.

Nesse contexto, é que situamos o surgimento do EZLN enquanto expressão das lutas sociais com caráter antineoliberal a fim de romper com todas as formas de opressões e explorações capitalistas, inclusive a de gênero. Diante disso, o próximo tópico será dedicado a entender as condições socioeconômicas das mulheres chiapanecas nos anos 1990, assim como sua participação feminina no levante zapatista de 1994 e na estrutura militar, política e social ezelenista.

### **3. - CAPÍTULO 2 - SER MULHER, POBRE E INDÍGENA EM CHIAPAS NOS ANOS 1990 E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO EZLN**

*Nosotras las mujeres sufrimos 3 veces más: uno por ser mujer, dos por ser indígena, tres por ser pobre. (Comandanta Esther, 2001)*

---

<sup>21</sup> Termo usado por Vargas Llosa em 1990 ao se referir ao México, fazendo referência aos 60 anos na presidência do país pelo partido PRI, que reproduzia e legitimava um sistema de partido que era próprio de uma ditadura, ou seja, uma ditadura oculta, por isso, perfeita. (LAGIER, 2019)

Neste capítulo, discorrer-se-á sobre as condições de vida das mulheres indígenas chiapanecas nos anos 1990 antes do levante zapatista e como essa conjuntura influenciou na entrada feminina no movimento para tratarmos brevemente das principais formas de participação das mulheres na estrutura ezelenista. No tópico seguinte, aprofundamos o cenário enfrentado pelas mulheres indígenas chiapanecas na década de 1990, a *Ley Revolucionaria de las Mujeres* e como se deu a construção da participação feminina no levante zapatista de 1994.

### **3.1 – A CONDIÇÃO DAS MULHERES EM CHIAPAS NA DÉCADA DE 1990 E SUA PARTICIPAÇÃO NO LEVANTE ZAPATISTA DE 1994**

*Esa es la verdad: el primer alzamiento del EZLN fue en marzo de 1993 y lo encabezaron las mujeres zapatistas. No hubo bajas y ganaron. Cosas de estas tierras. (Subcomandante Insurgente Marcos, 1994)*

Para começar a falar sobre a participação das mulheres no levante zapatista, cabe definir a relação entre gênero e colonialidade da qual partimos. Segundo Scott (1995), gênero se correlaciona com as diferenças de papéis sociais construídos culturalmente para homens e para mulheres. Para ela, as diferenças sexuais biológicas são apropriadas culturalmente para estruturar as relações sociais entre homens e mulheres. Segundo essa historiadora estadunidense, o conceito de gênero envolve também relações de poder (1995, p. 86)

[...] repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Nessa relação de poder estabelecida, as mulheres são tidas culturalmente inferiores aos homens. Portanto, há uma desigualdade entre gêneros nas relações sociais, sendo essa uma das expressões da questão social<sup>22</sup>. Segundo Segato (2012), uma das consequências da colonização moderna na América Latina foi o aprofundamento da hierarquia e das relações de poder e prestígio desiguais entre homens e mulheres já existentes no “mundo aldeia”, deixando as mulheres em imensa desvantagem.

<sup>22</sup> Segundo Iamamoto (2001, p.17), a questão social “[...] expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, *mediatizadas por relações de gênero*, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações de amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.” (grifo nosso)

Em Chiapas, até o fim dos anos 1980 - e em algumas ocasiões até os anos 1990 - mulheres, homens, meninas e meninos viviam sob condições de trabalho escravo nas fincas. Segundo a SIPAZ (2016), essa situação se dava em regime de *acasillamiento*, ou seja, famílias inteiras trabalhavam e viviam no rancho do patrão, no qual mulheres e homens eram submetidos a longas jornadas de trabalho mal remuneradas ou não remuneradas, geralmente relacionadas à produção de café, milho, cana-de-açúcar ou criação de gado.

Na prática, esse modelo significava que muitas vezes as famílias ficavam endividadas eternamente com seus patrões. Além disso, era muito comum castigos físicos aos trabalhadores<sup>23</sup>. Diante disso, era frequente o consumo de álcool por parte dos homens, aumentando ainda mais as dívidas e potencializando a violência doméstica.

Se para os homens a vida era difícil, para as nascidas com o sexo feminino, sua condição de ser mulher impunha uma vida ainda pior. Além de todas as adversidades já apresentadas e do acúmulo de atividades domésticas nos ranchos, da fome ser ainda mais comum para elas<sup>24</sup>, de ser recorrente ver seus filhos morrerem de fome e doenças curáveis, também eram obrigadas a conviver com os abusos sexuais. Segundo Rovira (2002), era tradição que os trabalhadores das *fincas* quando se casassem, “dessem” a primeira noite de núpcias com a esposa para o patrão. Assim, conviver com o estupro era comum para as mulheres indígenas chiapanecas.

No âmbito doméstico, assim como no público, as mulheres ainda viviam sob o mesmo subjugo masculino, desta vez por parte de seus pais/ maridos/ irmãos/ filhos/ sogros, apesar das relações de gênero terem se modificado a partir dos anos 1950<sup>25</sup>. As mulheres eram privadas de participar dos espaços públicos nas comunidades indígenas, sendo delegadas a elas as tarefas de cuidado e realização do trabalho doméstico. Ademais, segundo Lagarde (1994), nos Altos de Chiapas e na Selva, assim como em todo o país, a violência contra as mulheres – intrafamiliar e doméstica – associada ao alcoolismo dos homens era cotidiana e intensa.

A educação também não era “coisa de mulher” e elas eram impedidas de ir à escola como uma forma de controle, mas também por questões estruturais<sup>26</sup> e de gênero, por isso a

---

<sup>23</sup>“La aplicación de castigos era muy común en las fincas. Protestar, incumplir las cuotas de trabajo asignadas o enfermarse, podían ser motivos para recibir “chicote” (latigazos), impago, aumento de las tareas (eran mandados a cargar bultos sobre sus espaldas hasta la ciudad, a distancias de hasta 50 kilómetros), o incluso balazo.” (SIPAZ, 2016, p.16)

<sup>24</sup> Fazia parte da cultura indígena chiapaneca da região que as mulheres só pudessem comer após todos os homens terem se alimentado, devido à escassez de alimentos, muitas vezes, não sobrava alimentos para elas. (KAMPWIRTH, 2002)

<sup>25</sup> Com a ocupação da Selva Lacandona nos anos 1950, as relações de gênero se modificaram, as mulheres começaram a ter maior independência financeira porque passaram a trabalhar fora das comunidades, mas continuavam acumulando sua dupla jornada. (KAMPWIRTH, 2002)

<sup>26</sup> Além da necessidade de apoiar as tarefas domésticas em casa, as meninas também eram privadas de ir à escola por questões estruturais tais como: dificuldade de chegar às escolas por serem distantes, ausência de estradas ou

maioria delas não sabia falar espanhol, já que nas comunidades os idiomas falados eram os indígenas de cada etnia.

Os dados estatísticos dos anos 1990 relevam essa condição: 68% das jovens chiapanecas maiores de 15 anos eram analfabetas (SIPAZ, 2016). Não ter acesso à educação formal, ou seja, não falar espanhol, significava menos oportunidades de renda para as mulheres chiapanecas (KAMPWIRTH, 2002). Logo, maior dependência econômica de seus maridos/irmãos/ pais/ sogros. Ademais, muitas vezes, aquelas mulheres que saíam das comunidades em busca de renda eram ostracizadas ou vítimas de feminicídio.

Além disso, o casamento infantil também era uma realidade constante para as mulheres dessa região. Conforme Rovira (2002), as meninas se casavam muito jovens, geralmente aos 13 anos ou - devido à imensa pobreza e a posição inferior da mulher nas comunidades - eram vendidas por umas garrafas de *aguardiente*, ou algumas caixas de refrescos ou por uma vaca.

Nesse relato de uma mulher indígena chiapaneca em meados dos anos 1990, podemos perceber a situação vivenciada por essas mulheres.

En la mayoría de las comunidades, nuestra palabra de mujer no tiene voz, como tampoco la tiene en el mundomestizo. Estos dos espacios nos han negado el derecho a vivir con dignidad. En la familia indígena las mujeres siempre somos mujeres; la niñez para nosotras no existe y desde niñas comenzamos a envejecer cargando a nuestros hermanos, moliendo maíz, dando de comer a las gallinas, aprendiendo de la tristeza de nuestras madres a construir nuestras propias tristezas, porque hasta el varón más pequeño de la casa tiene derecho a mandar y decidir nuestras vidas. Los golpes, los insultos, el abuso sexual, el abandono y el miedo, forman nuestros espacios de mujeres, privándonos de nuestra capacidad de amar, porque nosotras no podemos expresar el amor, porque a muchas de nosotras nos escogen el marido. Las mujeres, además de desempeñar los trabajos indispensables para la familia, vamos a la milpa y trabajamos igual que los hombres, pero al término de nuestra jornada, nadie nos sirve la comida, nadie respeta ni da valor a nuestro trabajo y nadie confía en nuestra capacidad para decidir porque hasta para comprar jabón tenemos que pedir permiso, y si los hombres de la casa toman trago todo se vuelve peor, hasta la pobreza. En la comunidad hasta que las mujeres mayores dicen que estas cosas son la costumbre, y las autoridades no hacen nada cuando te quejas, al contrario, te regañan y siempre le dan la razón al hombre aunque éste casi te mate. [...] En el mundo de los mestizos las cosas también son difíciles; en su mayoría los hombres y las mujeres nos ven mal y de indias mugrosas no nos bajan; nos hacen trabajar de sol a sol y nunca nos pagan lo justo. En el hospital los médicos y las enfermeras nos miran con asco, nos obligan a quitarnos la ropa y no tienen pena de nuestra vergüenza [...]. En las tiendas, nos atienden al último aunque nuestro dinero valga lo mismo. De nada sirve quejarte porque para las autoridades de aquí, las mujeres indígenas no existimos, porque además de que nos discriminan, somos muy pocas las que tenemos documentos, como si los documentos fueran lo único que probara que somos personas”. (SIPAZ, 2016, p.47)

---

mau estado deles, professores e professoras que falavam exclusivamente espanhol e pouca sensibilidade intercultural dos recursos pedagógicos existentes, entre outros. (SIPAZ, 2016)

Diante do evidenciado, pode-se perceber que as mulheres indígenas chiapanecas, em sua maioria, viviam em um sistema cultural patriarcal<sup>27</sup> no qual suas funções primordiais estavam relacionadas ao âmbito doméstico, enquanto o espaço público era destinado aos homens. As mulheres dessa região sofriam uma tripla discriminação: classe, gênero e étnica.

Quando criado em 1983, o primeiro grupo de formação que foi treinado nas montanhas era constituído por seis pessoas, segundo Silva (2018): duas mulheres, dois indígenas e dois ladinos (mestiços). Após 10 anos de construção do movimento, em 1994, entre os (as) insurgentes presentes na ocupação das cidades, 33% deles (as) eram mulheres, conforme Vanden Berghe (2001), sendo que dentre as bases de apoio<sup>28</sup> do EZLN o número de mulheres chega a 55%. Ao todo no Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), segundo a SIPAZ (2016), as mulheres são 45% das integrantes do movimento.

Em face do evidenciado, esse número é bem expressivo devido às condições de subordinação e dos padrões rígidos de gênero sob o qual viviam as mulheres indígenas chiapanecas. Entretanto, a entrada das mulheres no EZLN não se deu de forma orgânica, mas sim a partir de muita mobilização das próprias mulheres insurgentes.

Conforme Silva (2018), a mobilização dos homens era mais trabalhosa devido ao problema de álcool já presente nas comunidades, logo os locais frequentados pelos homens para se reunirem (bares) era também o lugar que os oficiais do governo estavam. Assim, trazia perigo que a organização fosse descoberta.

Já no caso das mulheres, elas estavam mais abertas às ideias do EZLN por terem o desejo de se protegerem, principalmente da violência doméstica potencializada pelo álcool e de se livrarem das dívidas com bebida, trocando o débito com *aguardiente* pelo investimento em armas e outros insumos necessários para o exército. A partir disso, competiu às próprias mulheres mobilizar mais mulheres de suas comunidades.

Segundo relato de Maribel, capitã *tzeltal* ezelenista, transcrito no livro *Mujeres de Maíz* de Guiomar Rovira (2002), desde do início o alto comando do EZLN pedia que as militantes falassem com as mulheres para se organizarem. Com essa finalidade, as mulheres guerrilheiras saíam das montanhas, caminhavam durante vários dias a fim de chegar nas comunidades e reunir mulheres. Passava-se semanas nessa estratégia, mas não tinham garantia de que quando chegassem na comunidade conseguiriam reunir as presentes, então partiram pra outra tática.

---

<sup>27</sup> Entende-se patriarcal como “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. (SAFFIOTI, 2015, p.44)

<sup>28</sup> Base de apoio: é como os zapatistas chamam a organização civil do movimento. (ROVIRA, 2002)

As guerrilheiras começaram a fazer *radio-periódicos*, segundo Maribel, eram gravações sobre diversos temas. Escolhia-se um tema e tratava-se dele como, por exemplo, a luta pela terra e depois mandavam as gravações para as comunidades. Como nem todas as mulheres indígenas falavam espanhol, os guerrilheiros traduziam para várias línguas indígenas para que todos e todas pudessem ter acesso. Assim, as mulheres foram conhecendo a mensagem política ezelenista.

Todo este trabajo las compañeras insurgentes tuvimos que hacerlo con mucha seguridad de que no supieram quiénes éramos y que hacíamos. Teníamos que buscar varios pretextos: decíamos que éramos estudiantes o que éramos religiosas para predicar la palabra de Dios.

[...] Y ahí nos invitaban las compañeras e íbamos y platicábamos con ellas de la situación nacional y de por qué estábamos luchando, por qué empuñábamos las armas... Y es ahí como nosotras fuimos haciendo nuestro trabajo. Nos costó mucho al principio, porque muchas compañeras llegaban sin saber leer y escribir y hay que enseñarles, y explicarles la política en su dialecto para que ellas entiendan. (ROVIRA, 2002, s.p.)

Pode-se perceber que as mulheres eram incentivadas a se organizar coletivamente, assim como ensinadas a ler por suas companheiras para ter acesso às ideias e lutas do EZLN. Segundo Silva (2018), para além de apresentar ideias, os ezelenistas também atendiam necessidades concretas das mulheres dando dignidade a elas, ao mesmo tempo que tinham conversas sobre saúde, pobreza, mortalidade infantil, questões políticas e de gênero.

É interessante observar as estratégias utilizadas pelas guerrilheiras para construir a mobilização social feminina, inserindo-se em espaços designados às mulheres a fim de promover uma reflexão crítica sobre a sociabilidade capitalista por meio de práticas educativas emancipatórias<sup>29</sup>, ao mesmo tempo em que davam ferramentas concretas para buscar sua emancipação humana<sup>30</sup>.

Dessa forma, muitas mulheres foram chegando na organização. Para muitas mulheres indígenas chiapanecas, a entrada no EZLN em si já representava uma transgressão de gênero e uma oportunidade da construção de uma sociabilidade antipatriarcal.

Para as mulheres, integrar o EZLN era uma alternativa à sociabilidade imposta nas comunidades. Segundo Mária Millan (2014), além de apresentar uma possibilidade de rebeldia e ação contra a miséria e as mortes por doenças curáveis, uma opção de se educar e

<sup>29</sup> Refere-se às estratégias educativas relacionadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem capitalista. (ABREU; CARDOSO; 2009)

<sup>30</sup> Entendida aqui como uma emancipação caracterizada pela categoria trabalho, mas fundada numa forma de trabalho livre, consciente, coletiva e universal “e, por sua natureza, elimina, pela raiz, toda forma de exploração e opressão do homem pelo homem, possibilitando a todos os indivíduos serem plenamente livres e realizar, da forma mais ampla possível, as suas potencialidades.” (TONET, 2015, p. 281)

aprender, o EZLN representava uma maneira de se livrar dos mandos comunitários em torno do papel e futuro das mulheres.

Como vimos, o EZLN oferecia outras formas de ser mulher da qual não tinham acesso, podendo integrar estruturas sociais que não cabiam a elas até então, como o exército, os espaços públicos de discussão, como as assembleias e reuniões com direito a voz e voto tal qual os homens. Assim como aprender a ler e a escrever o espanhol, acessar serviços de saúde<sup>31</sup>, alimentar-se melhor e ter poder de decisão sobre maternidade, casamento e exercício da sexualidade. As mulheres indígenas chiapanecas, principalmente as jovens, foram enxergando novas possibilidades a partir da entrada no EZLN, mesmo que isso significasse, muitas vezes, ser mal-vista por sua comunidade.

Quando as insurgentes iam para as montanhas, as mulheres idosas das comunidades as acusavam de ir para se prostituir, quem cuidaria delas ali? Mas as mulheres jovens das comunidades se entusiasmavam. Perguntavam às insurgentes como tratavam as mulheres:

-Se não quiser que alguém te agarre, te castigam?

-Não, não podem te agarrar se você não quiser que te agarrem.

-Se você não gosta de um homem, pode não se casar com ele?

-Se você não quiser, não se casará.

Assim começou a chegar um *chingo* de mulheres. (HUERTA, 1994, p. 33-34 apud MILLAN, 2014, p. 69-70, tradução nossa)

O subcomandante Marcos faz uma interessante reflexão sobre a participação feminina no EZLN “¿por qué esas mujeres tuvieron que volverse soldados para poder ser, cuando quisieran ser doctoras, ingenieras, etc.?” (La Jornada, febrero, 1994 apud LAGARDE, 1996). A essas mulheres foram renegados os direitos sociais mais elementares, restando a elas tornarem-se guerrilheiras como possibilidade de acessar uma vida digna. Inclusive, entre as mulheres que iam para as montanhas virar guerrilheiras, havia um número muito pequeno de deserções. Segundo Rovira (2002), o cenário de voltar para as comunidades e ter que se adequar novamente aos padrões de gênero e ao domínio masculino era desanimador.

Diante disso, a partir de reuniões de mulheres foi construída a *Ley Revolucionaria de Las Mujeres* (LRM). Logo no início, as mulheres perceberam que tinham pautas que concerniam especificamente a elas e que tinham que ser inseridas no movimento “Nosotros dentro de la organización, con tanta falta de derechos como mujeres, vimos necesario luchar por la igualdad de derechos entre hombres y mujeres, fue así como se dictó nuestra Ley Revolucionaria de Mujeres”. (SIPAZ, 2016, p. 33)

<sup>31</sup> As mulheres que integravam o EZLN tinham acesso a absorventes, pílulas anticoncepcionais e camisinhas, algo que não era visto nas comunidades indígenas chiapanecas. (ROVIRA, 2002)

A Lei Revolucionária das Mulheres foi aprovada por consenso em março de 1993, antes mesmo do levante em 1994. Segundo o líder zapatista Subcomandante Marcos, a referida lei foi a primeira rebelião dentro do EZLN e encabeçada pelas mulheres. Segundo a SIPAZ (2016), ela foi construída a partir de um longo processo liderado pelas Comandantas Ramona e Susana, em que elas passaram vários meses percorrendo as comunidades zapatistas, dialogando com grupos de mulheres e assembleias comunitárias. Dessa forma, as mulheres foram discutindo suas demandas, pelo que deveriam lutar para além das demandas gerais de todo o povo e construíram o documento.

Na declaração, o EZLN (1993) afirma que ao incorporar as mulheres na luta revolucionária, incorpora-se também as suas “justas” demandas de igualdade e justiça sintetizadas em dez artigos:

1. Las mujeres, sin importar su raza, credo o filiación política tienen derecho a participar en la lucha revolucionaria en el lugar y grado que su voluntad y capacidad determinen.
2. Las mujeres tienen derecho a trabajar y recibir un salario justo.
3. Las mujeres tienen derecho a decidir el número de hijos que pueden tener y cuidar.
4. Las mujeres tienen derecho a participar en asuntos de la comunidad y tener cargo si son elegidas libre y democráticamente.
5. Las mujeres y sus hijos tienen derecho a atención primaria en su salud y alimentación.
6. Las mujeres tienen derecho a la educación.
7. Las mujeres tienen derecho a elegir su pareja y a no ser obligadas por la fuerza a contraer matrimonio.
8. Ninguna mujer podrá ser golpeada o maltratada físicamente ni por familiares ni por extraños. Los delitos de intento de violación serán castigados severamente.
9. Las mujeres podrán ocupar cargos de dirección en la organización y tener grados militares en las fuerzas armadas revolucionarias.
10. Las mujeres tendrán todos los derechos y obligaciones que señalan las leyes y los reglamentos revolucionarios (EZLN, 1993)

Na figura abaixo (Figura 2), apresenta-se um mural em um caracol zapatista com a LRM sintetizada, assim, divulgando os direitos e deveres presentes na legislação.

Figura 2 – Mural zapatista



Fonte: Blog *Las brujas ahora vuelven*.

Acerca do documento, de forma geral, é como se 500 anos de demanda reprimida pudesse finalmente ser expressada. Pode-se perceber que as mulheres reivindicaram o espaço público, a transgressão dos papéis de gênero e acesso a serviços que as possibilitassem participar de atividades segundo as capacidades individuais.

No primeiro ponto, reivindicava-se a participação na luta revolucionária independente de raça, crença, cor ou filiação política em todos os âmbitos e grau hierárquicos do EZLN segundo sua vontade e capacidade, deixando explícito que as mulheres não queriam mais apenas executar os papéis de gênero designados a elas.

No segundo ponto, as ezelenistas exigiam o direito de trabalhar e receber um salário justo pela atividade, explicitando seu descontentamento de ser oferecidos a elas os subempregos mal remunerados ou não remunerados ou até mesmo a privação de exercerem atividade laboral fora do âmbito doméstico.

Já no terceiro item, as zapatistas reivindicavam o exercício de seus direitos reprodutivos ao exigirem poder decidir sobre o número de filhos que querem ter e cuidar. No item 4, elas demandaram o espaço público para poder participar dos assuntos comunitários da mesma maneira que os homens, assim como poderem ser eleitas para cargos, ficando evidente que as zapatistas também queriam fazer parte da cena política do movimento.

Em seu quinto item, a LRM pleiteou para as mulheres e seus filhos o direito à saúde e alimentação. Essa questão se relaciona diretamente com a miséria e a mortalidade infantil vivida por essas mulheres, que inclusive foi um motor para que elas aderissem ao movimento e à luta armada.

O direito à educação é a pauta do sexto item, e pode-se inferir que as mulheres não queriam mais viver a dura realidade de não saber ler, nem escrever, nem falar espanhol por esse “prestígio” ser priorizado aos homens.

Assim sendo, compreende-se pelo item sete que as zapatistas demandavam não mais serem obrigadas a se casarem com quem não queriam, tendo direta relação com o casamento infantil e a “venda” das meninas para matrimônio forçado.

No antepenúltimo item, a questão era a violência doméstica sofrida pelas mulheres, demandando-se, então, uma proibição da violência física e dos maus-tratos vivenciados, assim como a punição severa de crimes de estupro ou tentativa de estupro. Apesar de não tipificarem outros tipos de violência como a física, patrimonial, moral, esse item é um enorme avanço em relação ao padrão cultural vivido nessas comunidades. Além de ser um grande progresso quando comparada a data que o México assinou a sua lei de violência doméstica, a *Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia*, em 2007. O EZLN já vinha criando

medidas para coibir a violência doméstica ainda na clandestinidade quando proibiu o uso de álcool nas comunidades zapatistas, a partir de uma mobilização feminina, como afirma Klein (2015).

A demanda de participação militar e cargos de direção e organização nas forças armadas revolucionárias é a questão do penúltimo item. Pode-se perceber que mais uma vez as mulheres reivindicaram outros espaços de participação que não são tradicionalmente femininos, exigindo sua inserção em todos os espaços do movimento. No último item, as zapatistas também exigiram a igualdade de terem todos os direitos e deveres da organização, assim como os homens já tinham.

Por conseguinte, pode-se apreender que a LRM traz a visão das mulheres de como deve ser a participação feminina no movimento. As mulheres questionam os costumes a fim de eliminar o que faz mal e permanecer com aquilo que está de acordo com os princípios éticos da luta ezelenista, reformulando a tradição.

Pode-se perceber que a partir do momento que as mulheres ocuparam também o espaço público e conseguiram se perceber no coletivo - exercitando a reflexão sobre seus próprios modos de vida - conseguiram manifestar e articular as principais questões de gênero e suas demandas, assim, exigindo uma lei para elas.

Considerando o contexto sociocultural vivido nas comunidades, a LRM é revolucionária em suas ideias. Pela primeira vez no movimento, as mulheres colocaram no centro as questões de gênero e suas demandas.

Entretanto, é necessário destacar que a lutas dos direitos individuais como mulheres não fragmenta a luta coletiva anticapitalista, não havendo hierarquia entre as pautas, já que elas são executadas simultaneamente e entendidas como fruto das contradições entre capital-trabalho em uma sociedade que também é patriarcal e racista. Porém, a partir desse processo as mulheres zapatistas passaram a ter consciência das suas especificidades como mulheres dentro do movimento:

El zapatismo trajo una toma de conciencia de la realidad. Es verdad que estamos aplastadas, dicen ellas ahora. Nosotras, en el olvido del olvido, ni cuenta nos habíamos dado. Ahora empezamos a hablar, a decir nuestra palabra. Ahora al menos sabemos cómo estamos de aplastadas. (SIPAZ, 2016, p. 39)

Entretanto, as mulheres tiveram que exigir e impor a LRM, mesmo com a resistência de alguns homens que se “rascaran la cabeza” quando a Comandanta Susana leu a proposta legislativa em todas as línguas mais faladas na região, possibilitando às mulheres o acesso ao conhecimento de seus direitos e deveres a partir da dali (ROVIRA, 2002).

Em 1º de janeiro de 1994, quando o EZLN ficou conhecido publicamente, logo foi possível perceber a participação visível de mulheres, uniformizadas, armadas nas tomadas das cidades. Além do mais, foi uma mulher, a Major Ana María, a comandante da ocupação de uma das mais importantes cidades chiapanecas, *San Cristóbal de Las Casas*, que desempenhou um papel de incentivo para que mais mulheres integrassem o movimento:

Las compañeras de los pueblos vieron cómo las insurgentes también salimos a la guerra y cómo empuñamos las armas y nos vieron cómo salimos como los compañeros. Ahí se vio cómo las mujeres no sólo servimos para la cocina o para mantener a los niños, sino que también podemos participar en las filas de los insurgentes. Así fue como después de la guerra empezaron a llegar más mujeres. Ahora veinte años después siguen llegando mujeres insurgentes. (SIPAZ, 2016, p. 40)

O número de 33% de insurgentes do sexo feminino é ainda mais expressivo quando se coloca em perspectiva que o treinamento militar era feito nas montanhas. Logo, segundo SIPAZ (2016), era mais difícil a incorporação feminina pelas renúncias pessoais, de convivência familiar, comunitária e materiais. Por consequência, implicava um rompimento com os padrões de gênero designados para as mulheres, assim como o dispositivo materno<sup>32</sup>.

Na prática, durante o levante de 1994, as mulheres estiveram envolvidas em todos os âmbitos. Segundo García (2017), no âmbito militar, além da Major Ana María, a capitã Irma dirigiu a ocupação de Ocosingo; já a capitã Maribel esteve no comando da tomada da estação de rádio de Las Margaritas. No geral, houve uma relevante participação feminina na luta armada de primeiro de janeiro que se constituiu no início do levante de 1994.

No âmbito civil, as mulheres zapatistas das bases de apoio participaram do acompanhamento das tropas, assistência médica, distribuição de suprimentos, entre outros. Dessa maneira, as mulheres indígenas e camponesas chiapanecas, puderam se envolver ativamente na luta zapatista de forma direta e indireta. Segundo Masson (2008 apud GARCÍA, 2017), a rebelião zapatista também se constituiu em um levante de mulheres que enfrentaram não somente o Estado mexicano, mas também as próprias práticas conservadoras e patriarcais das comunidades, das famílias e das organizações.

Diante do exposto, é possível inferir que pelo descontentamento com as precárias condições de vida das mulheres e as limitações impostas pelos estereótipos de gênero, as indígenas chiapanecas se mobilizaram para entrar no movimento zapatista como uma forma possibilitadora de melhores condições de vida e uma nova forma de ser mulher.

---

<sup>32</sup> Termo cunhado pela psicóloga Valeska Zanello referindo-se à maternidade como uma tecnologia de gênero imposta como fundamental para plena realização de uma mulher, colocando-as em um papel de cuidadoras natas. (ZANELLO, 2020)

Assim sendo, na medida em que as mulheres foram se organizando coletivamente e reconhecendo as suas particularidades do gênero feminino, elas puderam refletir criticamente sobre a cultura imposta e construir caminhos para uma nova sociabilidade antipatriarcal e anticapitalista *desde abajo y a la izquierda*<sup>33</sup>, tendo como símbolo a *Ley Revolucionaria de Las Mujeres*. Desse modo, as ezelenistas trazem uma reflexão crítica sobre a ordem de gênero estabelecida a fim de realmente construir um mundo em que caibam todos os mundos<sup>34</sup>, inclusive elas, trazendo a perspectiva de gênero para o movimento.

No caso específico no levante de 1º de janeiro de 1994, as zapatistas puderam compor todas as frentes de ação, assim, mais uma vez sendo agentes ativas da luta, inclusive militarmente. Dessa maneira, desnaturalizando o papel da mulher culturalmente imposto até então pela sociabilidade colonial patriarcal. As *tristes madres, descalzas, flacas, rodeadas de niños enfermos*<sup>35</sup> foram à luta e conquistaram o direito de serem comandantes, majores, estudantes.

Diante desses elementos no tópico a seguir, tratar-se-á da organização interna do EZLN e da inserção feminina nesses espaços.

### 3. 2 - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA MILITAR, SOCIAL E POLÍTICA ZAPATISTA

*No puede ser que los compañeros digan ‘estamos luchando aquí, estamos haciendo la revolución’, y sólo los compañeros están desempeñando todos los cargos y las compañeras ahí en la casa, eso no es una lucha para todos. Lo que se quiere es que sea para todos, entre hombres y mujeres, eso es lo que se quiere. (EZLN, 2013)*

Para tratar da inserção feminina nas estruturas militar, social e política zapatista, é necessário, primeiramente, explanar como se dá a estrutura geral ezelenista que se divide em civil, política e militar e o conceito de participação feminina adotado.

As estruturas políticas, sociais e militares ezelenistas são divididas em cargos e funções ocupados pelos membros da comunidade voluntariamente, delegação ou eleição. Assim,

---

<sup>33</sup> Um dos lemas ezelenistas.

<sup>34</sup> Um dos lemas ezelenistas.

<sup>35</sup> Descrição feita por Hermann Bellinghausen, em abril de 1994, das mulheres indígenas chiapanecas. (MILLÁN, 2014)

entende-se aqui a participação feminina nos governos autônomos como o exercício desses cargos e funções públicas pelas mulheres zapatistas.

Segundo estimativa de 2014 do jornal mexicano *El Universal*, o EZLN governa 250 mil pessoas da organização civil do movimento, formada pelos municípios autônomos rebeldes (MAREZ) que compõem os cinco *Caracoles*<sup>36</sup> zapatistas: *La Realidad*, *Oventik*, *Morelia*, *Roberto Barrios* e *La Garrucha* (FIGURA 3); cada *caracol* possui uma instância político-administrativa chamada *Junta de Buen Gobierno* (JBG) (ROVIRA, 2002). Já a organização militar do exército zapatista é composta, principalmente, por insurgentes e milicianos (FIGURA 4).

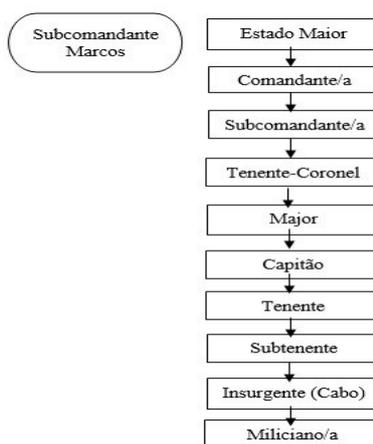
Figura 3 – Mapa da localização das *Juntas de Buen Gobierno* e os *Caracoles*



Fonte: CIEPAC apud Espinoza, 2006, p. 218.

<sup>36</sup> Carol: “Quando alguns ‘municípios autônomos rebeldes’ conseguem atingir um certo nível de articulação, eles podem constituir um ‘Caracol’, ou seja, uma nova organização inter-comunitária ou inter-municipal que atua como centro político-administrativo para questões de interesse comum às comunidades que o conformam.” (NETTO, 2007, p.139-140)

Figura 4 - Estrutura Militar do Movimento Zapatista



Fonte: BRANCALEONE, 2015, p. 271 apud DIAS, 2016, p. 41 (adaptado).

Segundo Rovira (2002), os insurgentes são aqueles que deixam suas comunidades e vão receber treinamento militar nas montanhas, sendo que as mulheres estão em menor quantidade. Nas montanhas chiapanecas, as atividades dos insurgentes não são divididas por gênero e todos têm as mesmas funções e deveres.

Destarte, isso representa uma imensa transgressão de gênero para a sociabilidade vivida até então, pois, apesar das hierarquias militares, essa configuração oficial significa algo totalmente inovador na paridade de gênero indígena chiapaneca.

Entretanto, isso não quer dizer que não haja resistência masculina à concepção de mulheres em posição igualitária em uma atividade socialmente vista como masculina. Em 1994, o próprio EZLN reconheceu que no exército as insurgentes tiveram dificuldade para ocupar cargos, devido à resistência dos homens ao receber ordens de uma mulher (SIPAZ, 2016).

Ao comentar a participação das mulheres na insurgência, segundo Rovira (2002, p. 65), a Major Ana María afirma:

No sentimos nada la muerte. O sea, ya desde antes nos sentíamos como desaparecidas, nunca nos tomaron en cuenta. Ha habido muchas muertes en los pueblos de hambre y enfermedades; nosotras decimos que es como si siempre estuviéramos en guerra... Nosotras las mujeres estamos convencidas de nuestra lucha y no nos da miedo morir.

Entre as insurgentes mais conhecidas, segundo Vanden Berghe (2001), estão a Comandanta Ramona, membro do CCRI, falecida em 2006, vítima de um câncer, personagem frequente na memória dos zapatistas (FIGURA 5); Major Ana María, líder da tomada de *San Cristóbal de Las Casas*; Susana, que foi uma revolucionária líder da construção da LRM; Lucía, autora da letra do hino zapatista.

Na figura 5, observa-se um mural no *Encuentro Internacional de Mujeres que Luchan*, em 2018, realizado no território ezelenista. Pode-se perceber a mais famosa imagem de Ramona imortalizada na parede com as palavras “Ramona VIVE!”, juntamente com sua célebre frase “*Nunca más un México sin nosotros*”, proferida em 1996, no *Congreso Nacional Indígena*, mantendo viva a memória de uma das mais famosas mulheres dentro do EZLN.

Figura 5 - Mulheres zapatistas no *Encuentro Internacional de Mujeres que Luchan*.



Fonte: Sin Embargo, 2018. Disponível em: <<https://www.sinembargo.mx/12-03-2018/3396052>>

Pode-se explicar o número menor de mulheres (cerca de 33% em 1994) nessa modalidade de atividade militar a partir dos próprios papéis de gênero. Além de deixar a comunidade e ter de fazer renúncias materiais e sociais, não são permitidas crianças nas montanhas. De fato, não é um ambiente adequado para crianças serem criadas devido à precariedade de condições estruturais. Logo, para aquelas mulheres que têm filhos (a maioria delas posto que era comum o casamento infantil), torna-se uma decisão mais complexa (SIPAZ, 2016; ROVIRA, 2002).

Ademais, aquelas insurgentes que engravidam, precisam voltar para a comunidade, caso queiram ou podem entregar a criança para que os familiares cuidem, se essa for sua vontade. Então, ser uma mulher insurgente implica, em muitos casos, o rompimento com o dispositivo materno, algo que pode ser difícil quando se considera a sociabilidade na qual as mulheres se inserem.

Os milicianos<sup>37</sup> são as pessoas das comunidades que recebem treinamento e instrução armada para fazer a segurança dos *pueblos* e que se incorporam às tropas insurgentes quando requeridos. Conforme Rovira (2002), entre os milicianos, muitas são mulheres, já que não precisam ficar todo o tempo nas montanhas<sup>38</sup> e podem ter filhos. Logo, muitas zapatistas optam

<sup>37</sup> Entende-se miliciano aqui como a parte civil ezelenista que recebe treinamento militar.

<sup>38</sup> Segundo Rovira (2002), a cada um ou dois meses, os milicianos passam uma semana nas montanhas em treinamento no quartel e depois voltam para a comunidade.

por ser milicianas porque entendem o sentido da luta e querem aprender novas habilidades que não conseguiriam em suas próprias comunidades.

A direção política fica a cargo do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI), instância máxima do EZLN (FIGURA 7), cujos integrantes se chamam “comandantes”. Segundo Klein (2015), apesar do nome de seus integrantes, os “comandantes” são civis que operam como líderes políticos do movimento zapatista. Quando os coordenadores regionais se destacam, podem ser nomeados para integrar o CCRI por decisão da assembleia regional ou sazonal.

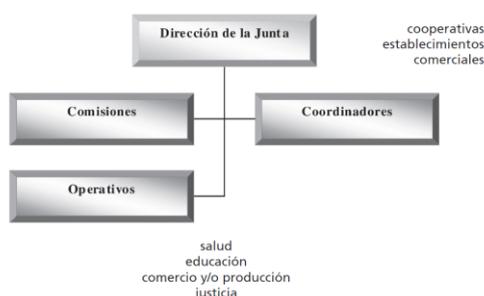
Segundo o próprio EZLN, em 2004, os Comitês Clandestinos Revolucionários Indígenas tinham uma participação feminina entre 33% e 40% - um aumento considerável quando comparado ao número em 1994, as mulheres eram de 10% a 15%. Apesar de não haver números atualizados dessa participação, mostra-se bastante expressiva a liderança feminina nesse espaço político máximo do EZLN, mostrando que essas mulheres abriram caminho para novas formas de inserção social.

Já no âmbito da organização político-administrativa, os *caracoles*, segundo Espinoza (2016), são um espaço no qual se iniciam os processos de encontro, intercâmbio e decisão entre a sociedade civil e as comunidades indígenas (e entre elas mesmas com as outras), correspondendo a cada zona zapatista.

Já as JBG (Figura 6) têm a função de instaurar atores, processos e organizações do governo nesse nível. Portanto, são a institucionalização de processos de gestão política em um nível regional, sediadas nos *caracoles*, mas suas decisões têm jurisdição nos MAREZ e comunidades integrantes nessa zona. Geralmente, a gestão das JBG se concentra em quatro aspectos prioritários para os ezelenistas: saúde, educação, produção-comercialização e justiça, conforme demonstrado na figura abaixo.

Figura 6 - Esquema básico da organização das *Juntas de Buen Gobierno*

Gráfico 3. Esquema básico de organización de las Juntas de Buen Gobierno



Fonte: Espinoza, 2006, p. 222.

Figura 7 – Junta de Buen Gobierno em Oventik



Fonte: Klein, 2015.

Na figura 7, tem-se a JBG de Oventik em 2009, pode-se perceber que ela era formada por 4 zapatistas, sendo, pelo menos, 2 mulheres, a mulher que não está encapuzada é mãe da autora Klein e não fazia parte da JBG.

Segundo informações dos zapatistas em seu *cuaderno* “*La Libertad según l@s Zapatistas*”, no qual relatam como funciona os governos autônomos, as JBG são compostas de forma paritária por 6 homens e 6 mulheres, eleitos nas comunidades. Ao todo são 60 participantes (30 mulheres e 30 homens) que se revezam em 5 grupos de 12 integrantes.

Segundo o EZLN (2013, p.19-20), a militante Leticia, uma ex-integrante da JBG, afirma:

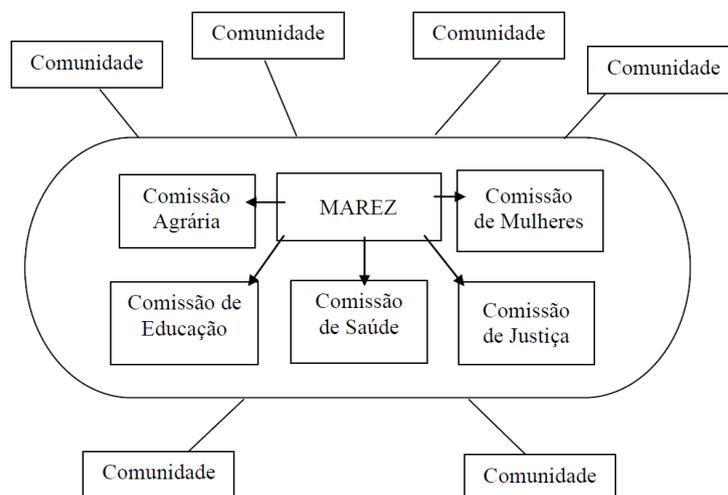
Las compañeras de la Junta cumplen con diferentes comisiones, como comisiones de educación, de la salud, de los diferentes niveles, y cuando hay reuniones de cada comisión se van a la junta donde les toca.

[...]El trabajo diario de la Junta incluye muchas actividades, como son registro de las actividades que se realizan, la elaboración de proyectos, llevan el control y manejo de recursos, aprender a usar las computadoras, aprenden cómo enviar y recibir correos, cómo hacer informes, aprender a orientar y animar a los pueblos de forma directa y también grabando mensajes para transmitir en las radios comunitarias, analizar y reflexionar los problemas y necesidades que se presentan en los pueblos. Hemos participado en algunos encuentros con otras organizaciones. Estas tareas son muy importantes para nuestros pueblos y como mujeres nos falta mucho por aprender.

No caso da participação feminina nos MAREZ, elas são parte ativa das comissões e ocupam cargos de conselheiras municipais (EZLN, 2013). Essas comissões ou conselhos são

encarregados de visitar os *pueblos* em cada região, a fim de promover, incentivar e ver as necessidades apresentadas pelo município, detectando os trabalhos necessários em cada área, assim como seus avanços para produção de relatório de 6 em 6 meses. Na figura 8, demonstra-se a organização política dos MAREZ e quais são as comissões constituintes dos municípios autônomos rebeldes.

Figura 8 - Organização Política dos MAREZ



Fonte: BRANCALEONE, 2015, p. 299, apud DIAS, 2016, adaptado.

Em face do exposto, torna-se bastante relevante a participação das zapatistas nessas instâncias político-administrativa como a JBG e as comissões dos MAREZ. A partir disso, as mulheres podem participar ativamente da construção das demandas prioritárias das comunidades, trazendo consigo uma perspectiva de gênero nas ações e decisões comunitárias. Assim, possibilitando às mulheres a participação não só na reprodução material do EZLN, mas na construção do horizonte político-diretivo do movimento.

Segundo Rovira (2002), as bases de apoio são a parte civil do movimento, constituindo o maior número, em que compete-as resolver as questões necessárias para sua própria subsistência e para a manutenção do exército popular: logísticas, de abastecimento, de informação, de recrutamento, etc. Essa parte é majoritariamente composta por mulheres que exercem um papel fundamental.

Apesar de não estarem diretamente ligadas à luta armada, as mulheres das bases de apoio também fazem a segurança da comunidade. Em cada *pueblo*, há uma rede de comunicações no qual o trabalho das mulheres também é checar a segurança, como por exemplo, alertar para a entrada de oficiais do governo, manejar as rádios e os milicianos. Esse

trabalho é feito por mulheres comuns, donas de casa. As zapatistas também participam de atividades de produção de uniformes, munição, armas e outros itens úteis, segundo sua própria vontade.

Segundo o EZLN (2013, p. 52), conforme afirma a zapatista Verónica, integrante do MAREZ Comandanta Ramona, as *compañeras* participam também como autoridades locais, integrando trabalhos coletivos, ocupando comissões “de promotoras de educación, promotoras de salud, coordinadoras de colectivo, consejas de vigilancia, comisaridas y agentas, entre otros trabajos, dependiendo la necesidad del pueblo”. Portanto,

Las coordinadoras generales son las que tienen la obligación de promover e informar los gastos que se realizan en los trabajos que se hacen dentro de los pueblos, también tienen la responsabilidad de informar el avance de los trabajos colectivos, junto con los compañeros, en una asamblea general. Las agentas son ellas que tienen que resolver problemas que se presentan en el grupo de mujeres y también organizar y animar a las mujeres del pueblo. (EZLN, 2013, p. 52)

Perante o exposto, pode-se depreender que as mulheres zapatistas se inserem em todas as instâncias do EZLN, estando em menor grau no âmbito militar devido às próprias especificidades de gênero. Entretanto, apesar da LRM conferir direitos e deveres iguais para os gêneros, isso não significa aceitabilidade completa dos homens zapatistas, posto que foram socializados em um sistema patriarcal baseado em uma masculinidade misógina.

As mulheres também têm se inserido nas instâncias político-administrativas, trazendo uma visão de gênero para as demandas e decisões dos governos autônomos. Assim, o EZLN tem trazido a concepção de gênero para além de sua retórica, buscando efetivar a desnaturalização dos papéis socialmente criados para homens e mulheres a partir de práticas institucionalizadas de paridade de gênero. A partir da ocupação de espaços que antes eram assegurados apenas aos homens, as mulheres zapatistas têm impulsionado mobilizações internas e promovido a ampliação de mulheres nesses espaços.

Destarte, pode-se inferir que o movimento entende a desigualdade entre homens e mulheres como constitutiva das lutas de classes e não como antagônico à luta geral de superação da ordem burguesa. Nesse sentido, o movimento zapatista tem promovido uma reforma de gênero como uma transição para uma ordem societária sem exploração de nenhum tipo.

#### 4. - CAPÍTULO 3 - SER MULHER ANTES E SER MULHER AGORA: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO FEMININA NO EZLN

*El zapatismo no sería lo mismo sin sus mujeres rebeldes y nuevas. Las indias también hemos levantado nuestra voz y decimos: Nunca más un México sin nosotras. Nunca más una rebelión sin nosotras. Nunca más una vida sin nosotras.*  
(Comandanta Ramona)

Neste capítulo, tratar-se-á das principais estratégias e desafios identificados para a participação feminina nas atividades dos governos autônomos do EZLN fora do ambiente doméstico desde 1994 até a atualidade.

##### 4.1 - *¡QUE VIVAN TODAS LAS MUJERES DEL MUNDO!* ESTRATÉGIAS PARA PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ATIVIDADES DOS GOVERNOS AUTÔNOMOS DO EZLN

*A todas les pedimos que luchen con nosotras. Las mujeres llegaron a entender que es importante su participación para cambiar esta mala situación; así están participando, aunque no todas, en la lucha armada. No hay otra forma de buscar justicia. Esta también es mi nación, yo soy la nación, yo hago de mi nación un lugar donde mis hijos puedan vivir.*  
(Comandanta Ramona)

A participação feminina em todos os níveis e graus da estrutura ezelenista foi uma das questões trazidas pelas mulheres na Lei Revolucionária das Mulheres (LRM). A temática é tão importante para o movimento que entre as quatro cartilhas publicadas pela *Escuelita Zapatista*, esse assunto é tema de uma delas.

Em 2013, para a comemoração dos 30 anos da fundação clandestina do movimento, dos vinte anos do levante de 1994 e dos 10 anos da função dos *caracoles* e das JBG, foi realizado um evento com cerca de 1.500 pessoas de vários continentes e idades chamado *Escuelita Zapatista*.

Segundo Guerra e Rebelo (2017), a intenção do evento era possibilitar uma semana de experiências para que os convidados se colocassem na posição de estudantes a fim de aprender sobre a realidade, pensamentos e valores zapatistas por meio da convivência diária nos *pueblos*. Essa cartilha nomeada *Participación de las mujeres en el gobierno autónomo* foi um dos materiais didáticos recebidos pelos convidados para entender como funciona o cotidiano do movimento. Esse documento reúne depoimentos de mulheres zapatistas de vários caracóis sobre diversas temáticas, tais como: participação das mulheres nas JBG, nos municípios autônomos, suas dificuldades, exercício da LRM, entre outros.

As principais estratégias identificadas a partir da cartilha e da bibliografia são:

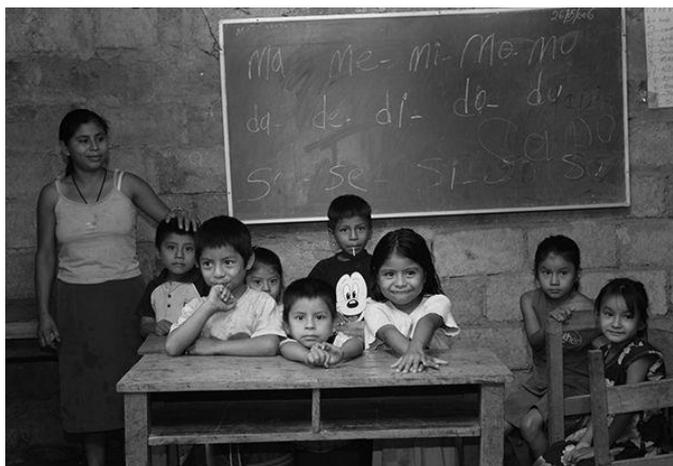
- acesso das mulheres à educação formal ezelenista;
- temática de gênero na rádio ezelenista;
- obrigação de participação de mulheres em determinadas atividades;
- apoio moral entre mulheres;
- planejamento familiar;
- oficinas;
- eventos específicos para as mulheres;
- panfletos; e
- cooperativas femininas.

Como já visto, a negação - por motivos sociais e estruturais - ao acesso à educação para as mulheres indígenas chiapanecas era uma realidade. Logo, não saber ler, nem escrever, nem falar espanhol pode se tornar um entrave para a participação feminina nos governos autônomos. Então, incentivar o acesso das mulheres zapatistas às *escuelitas* é uma das estratégias para que futuramente elas ocupem cargos.

Segundo Santos (2008), entre os objetivos do sistema educacional autônomo zapatista está a efetivação da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Assim, o discurso de igualdade tem saído do plano retórico e sido colocado em prática, dando acesso igualitário à educação para mulheres e homens.

Como exemplo dessa realidade, na imagem abaixo tem-se uma escola primária autônoma zapatista na região de Roberto Barrios.

Figura 9 – Uma escola autônoma zapatista



Fonte: KLEIN, 2015.

Conforme dados de 2006 do Primeiro Encontro dos Povos Zapatistas e os Povos do Mundo (apud SANTOS, 2008), a paridade numérica entre homens e mulheres nas escolas estava quase sendo atingida: de 1.7266 alunos zapatistas, 884 meninos e 842 meninas. Entretanto, quando se compara o número de homens e mulheres que exercem cargos na educação autônoma como promotores de educação<sup>39</sup>, esse número muda drasticamente, uma vez que dos 147 promotores, apenas 16 eram mulheres contra 131 homens.

A partir desses dados, pode-se inferir que, por ser um processo recente, as mulheres continuavam com certa dificuldade de se inserir em cargos como promotoras de educação. Apesar de ser uma atividade delegada socialmente para as mulheres, as zapatistas mais velhas, muitas vezes, não tiveram acesso à educação, se tornando em um inibidor do exercício de cargos fora do ambiente doméstico.

Entretanto, pode-se perceber que para as mulheres já nascidas após o levante de 1994, o acesso à educação tem sido incentivado ao nível de quase equiparar-se ao número de homens na *escuelita*. Logo, isso nos mostra um grande avanço na efetivação de direitos propostos na LRM e na cultura até então imposta que limitava o acesso das mulheres à educação. Assim, foi expandida a possibilidade de inserção das mulheres em outras atividades fora do ambiente privado.

Além disso, entre os conteúdos estudados na *escuelita* está a Lei Revolucionária das Mulheres (EZLN, 2013). Assim, as desigualdades de gênero são reconhecidas e discutidas, à

<sup>39</sup> Os promotores de educação exercem a função de professores nas *escuelitas* zapatistas.

vista disso, as meninas e os meninos aprendem na escola os direitos e deveres das mulheres zapatistas:

Se está aplicando la ley revolucionaria en la escuela secundaria, ahí se estudia la ley, ya cuando salgan los compañeros y compañeras van a saber cómo es la ley de la mujer, que tiene su derecho pero también tiene su obligación. No solamente puro derecho y derecho, sin su obligación esto no es justo, debe tener su derecho y obligación, tiene que hacer algo también la mujer. (EZLN, 2013, p.25)

Outra estratégia identificada é a da rádio rebelde. Essa estação é uma emissora de rádio das comunidades autônomas zapatistas, surgida em 2006, localizada no caracol *Resistencia y Rebeldía por la Humanidad*, em Oventik. A *Radio Insurgente, la voz de los sin voz. Voz oficial del ezln* tem como objetivo “os avanços do processo de autonomia nas zonas zapatistas e promover a difusão da palavra e da música das comunidades indígenas” (COSTA, 2017, p. 45). Entre os temas da programação estão, segundo Veloz (2009, apud ROJAS, 2018), saúde, educação autônoma, direitos e trabalho coletivo das mulheres, contos para as crianças, campanhas contra o alcoolismo, comunicados do EZLN, audioteatros sobre a resistência e autonomia, entre outros.

Nessas rádios, segundo o EZLN (2013), quase metade do pessoal que trabalha na emissora são mulheres. Elas são locutoras, fazem edição e gravação, realizam entrevistas, reportagens ou programas nos centros de internet. Para Costa Filho e Marques (2015), a escolha por ter a maioria de mulheres como locutoras demonstra o compromisso do movimento em combater o patriarcalismo e valorizar a dignidade das mulheres. Abaixo, apresenta-se uma transcrição da transmissão da Rádio Rebelde 107,1 Mhz no dia 19 de julho de 2013:

Uma saudação para as mulheres que não são zapatistas. Não são zapatistas porque não conhecem o zapatismo. Não importa se você é PRIsta ou PANista são as muitas formas de exploração do Governo. O governo nos xinga de muitas formas pedindo dinheiros a outros países para presentear umas coisinhas aqui em Chiapas. O Governo com pouco de dinheiro quer apagar os zapatistas, mas não vai poder porque sabemos de nossa luta aqui em Chiapas e em diferentes países. Vamos escutar duas canções uma sobre **o direito das mulheres**, Cumbia das Zapatistas e depois vamos escutar a canção Geração de Dignidade e a outra Minhas Irmãs. Em alguns minutos regresso. Agora são 21 horas com 14 minutos hora da frente de combate sul oriental. (COSTA FILHO e MARQUES, 2015, p. 231, grifo nosso)

Pode-se perceber que abarcar as temáticas de gênero na programação da rádio se torna uma estratégia relevante para a participação feminina no EZLN na medida em que, como já apresentado, a maioria das mulheres zapatistas que se inseriram no movimento não tiveram acesso à educação. Logo, tratar desses temas na sua língua - como é feito na rádio - é uma maneira de possibilitar a reflexão e o diálogo acerca do papel feminino na sociedade zapatista e também difundir para as mulheres os direitos e deveres elencados na LRM. Assim, a rádio se

torna um meio de socialização de informações e impulsionadora do processo reflexivo das mulheres em torno das questões de gênero.

A obrigação de participação de mulheres em determinadas atividades autônomas foi outra estratégia identificada. Segundo o EZLN (2013), em algumas áreas, ainda é difícil estimular a participação feminina. Assim, nas assembleias de zona, nas Juntas de Buen Gobierno e no Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) é exigida a participação das *compañeras*, sendo obrigatória a nomeação de mulheres para áreas e trabalhos nos quais as mulheres não estejam participando.

Segundo o EZLN (2013), conforme relata Marisol, ex-integrante da JBG do MAREZ San Pedro de Michoacán, quando as militantes recusam cargos nos governos autônomos, elas se organizam para que mesmo assim mulheres sejam nomeadas, mesmo que involuntariamente, a partir da lista de mulheres da comunidade. Segundo ela, esse método é para que as mulheres ocupem cargos e assim possam perder o “medo” e ganhar confiança de sua capacidade.

Além disso, apesar de não ter uma regra geral, em alguns *pueblos*, a partir de 10 famílias habitando na comunidade, é obrigatório a nomeação de um homem e uma mulher como autoridade entre eles. Se por algum motivo, a mulher precisar sair do cargo, é necessário nomear uma outra mulher para exercer a função, sendo vedado nomear um homem em seu lugar.

À vista disso, depreende-se que em algumas instâncias, o EZLN tem exigido que as mulheres ocupem funções a fim de executar a paridade de gênero assumida pelo movimento. Entretanto, cabe mencionar que esse método de exercício involuntário de cargos pelas mulheres sem verificar a fundo o porquê da falta de participação feminina nas atividades se torna pouco efetivo. Já que sem o entendimento da causa do fenômeno, torna-se mais difícil implementar estratégias adequadas para combater a raiz do problema.

O apoio moral mútuo entre as mulheres é muitas vezes citado como uma forma de estimular a participação feminina. Segundo o EZLN (2013), participar das atividades envolve, muitas vezes, deslocar-se para o “centro” do município autônomo rebelde e andar longas distâncias fora da comunidade. Esse deslocamento, como já mencionado, segundo a cultura indígena chiapaneca, era renegado às mulheres, logo, algo que não era do costume social da região.

Então, aceitar cargos comunitários implica, na maioria das vezes, percorrer distâncias e transgredir um costume imposto para as mulheres. Entretanto, o apoio mútuo entre as mulheres zapatistas, fazendo companhia umas às outras para percorrer as longas distâncias tem sido uma estratégia adotada para que as mulheres não desistam de participar:

También a veces tenemos el desánimo, no queremos tomar cargos porque sabemos que a lo mejor va a ser sola. Si me nombran yo sé que voy a ir en la Junta pero me siento solita porque mi pueblo no va a ir conmigo y quién sabe si allá hay compañeras. A veces hay pueblos que para resolver eso lo coordinan, nombran dos compañeras en una comunidad y entonces se van las dos a hacer el trabajo. (EZLN, 2013, p.11)

Ademais, as *agentas*<sup>40</sup> das comunidades fazem visitas às mulheres que ocupam cargos para animar as *compañeras* para seguir fazendo suas funções e responsabilidades (EZLN, 2013). Nas reuniões de município, zona ou *pueblo* é aconselhado que os homens cedam a fala primeiro para as mulheres que exercem cargos para que elas possam dar os informes e iniciar discussões. Assim, tenta-se motivar as outras zapatistas a participar.

Pode-se constatar o interesse do movimento que as mulheres participem de atividades dentro dos governos autônomos, implementando uma estratégia de acolhimento e pertencimento entre as mulheres para que não desistam dos cargos, assim como a tentativa de colocar em evidência nas assembleias comunitárias aquelas mulheres que exercem cargos.

Um das principais estratégias identificadas para estimular a participação é o planejamento familiar. Segundo o EZLN (2013), muitas mulheres recusam cargos por terem filhos pequenos ou muitos filhos, não tendo condições e tempo para exercerem atividades fora do ambiente doméstico.

Assim, o EZLN desenvolveu nos *47 puntos de prevención en la salud*, tendo um ponto específico sobre planejamento familiar que incentiva o casal planejar quantos filhos vai ter de acordo com sua vontade e capacidade de cuidar, possibilitando, assim, que a mulher possa exercer cargos na comunidade:

Se ha explicado a los compañeros y compañeras que no quiere decir que no van a tener hijos, pero que dentro de la pareja planeen cuántos hijos pueden cuidar, tanto el compañero como la compañera, para que ella pueda salir a desempeñar el trabajo que le corresponde como compañera y el compañero pueda atender los hijos que quedan dentro del hogar. También los compañeros han entendido que como mujeres tenemos ese derecho y ese espacio para participar, hay compañeros que quedan dentro de la casa a cuidar sus hijos y a la compañera le dan esa oportunidad o ese espacio para que ella pueda salir a hacer el trabajo. (EZLN, 2013, p.12)

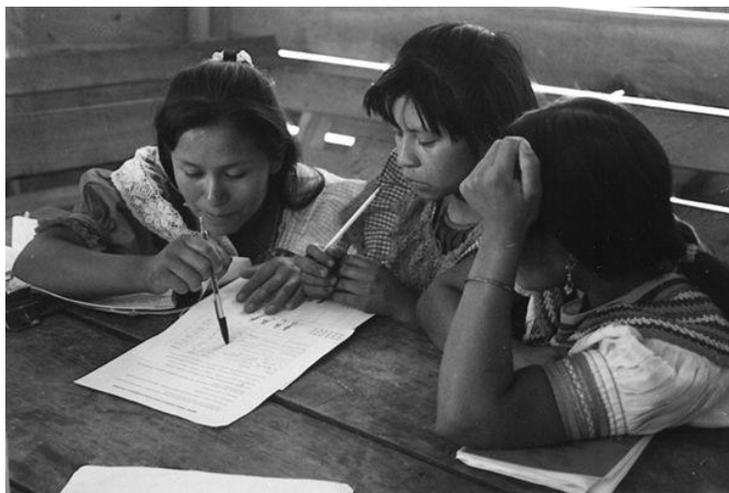
De forma geral, a sobrecarga de tarefas para as mulheres é uma realidade na sociabilidade capitalista. Então, torna-se relevante essa estratégia na medida em que as mulheres podem deter o poder de seus direitos reprodutivos, possibilitando uma maior inserção em outros espaços do movimento. Contudo, para que isso aconteça, é necessário também repensar a divisão de cuidados com os filhos entre o casal a fim de que a partilha seja feita de forma igualitária e os dois possam participar em iguais condições nas atividades ezelenistas.

---

<sup>40</sup> “Las agentas son ellas que tienen que resolver problemas que se presentan en el grupo de mujeres y también organizar y animar a las mujeres del pueblo.” (EZLN, 2013, p. 52)

Ensinar “ofícios” para as mulheres a partir de oficinas também foi sendo usado como estratégia. Conforme o EZLN (2013), foram formadas três oficinas: *parteras*, *hueseras*<sup>41</sup>, *yerberas*<sup>42</sup>. Logo, a partir da capacitação para o exercício de uma função específica dentro das comunidades, o EZLN tem tentado a participação das mulheres em outros âmbitos. Na imagem abaixo, tem-se mulheres zapatistas da comunidade de San Miguel Chiptik durante uma oficina para mulheres coordenadoras.

Figura 10 – Mulheres zapatistas em uma oficina



Fonte: KLEIN, 2015.

A criação de eventos para encontro das mulheres também foi identificada como uma das estratégias ezelenistas. Em 2007, foi realizado o Primeiro Encontro das das Mulheres Zapatistas com as Mulheres do Mundo (Figura 11), em La Garrucha, com mesas plenárias dos trabalhos das mulheres zapatistas e espaço para perguntas das participantes (MARCOS, 2017 apud DIAS, 2019). Nesse evento, a participação dos homens era proibida nas plenárias e discussões, e a função delegada a eles era cuidar da cozinha e das crianças.

Atualmente, desde 2018, as mulheres realizam anualmente o Encontro Internacional Mulheres que Lutam, tendo sido realizado também em 2019 e seria feito em 2020, mas foi cancelado devido à pandemia mundial do coronavírus. No último encontro, entre 26 e 29 de dezembro de 2019, no Semillero Huellas de la Comandanta Ramona, na zona zapatista de Morelia (Figura 12), estavam presentes mais de 4 mil mulheres de 49 países do mundo (BELLANI, 2020), de maneira que o objetivo do encontro era reunir “mulheres que lutam” para discutir sobre o tema da violência contra as mulheres e unir forças.

<sup>41</sup> Pessoa capacitada para lidar com problemas nos ossos.

<sup>42</sup> Pessoa capacitada para curar doenças a partir de ervas.

Figura 11 - Primeiro Encontro das Mulheres Zapatistas com as Mulheres do Mundo



Na imagem, duas milicianas fazendo a segurança do evento. As faixas proibem a entrada de homens: “aqui só para mulheres”, “proibido entrar homens”.

Fonte: DIAS, 2019.

Figura 12 - Segundo Encuentro Internacional de Mujeres que Luchan



Mujeres zapatistas encapuzadas no Segundo Encuentro Internacional de Mujeres que Luchan.

Fonte: BELLANI, 2020.

Além disso, os/as zapatistas têm se preocupado em ter mulheres como representantes do movimento a nível mundial. No dia 02 de maio de 2021, uma delegação ezelenista, como mostra a figura 13, se deslocou até à Europa para levar uma mensagem anticapitalista em que os delegados eram: 4 mulheres, 2 homens e uma pessoa não-binária.

Figura 13 – Delegação zapatista rumo à Europa



Fonte: Enlace Zapatista, 2021.

Portanto, pode-se perceber que o EZLN tem se esforçado em criar espaços para discussão e debates de temáticas relacionadas às mulheres, possibilitando que elas se reconheçam no coletivo e reúnam estratégias para enfrentamento das expressões da questão social que as atingem.

Outra estratégia identificada para estimular a participação feminina é a distribuição de panfletos. Segundo Klein (2015), o EZLN escreveu em 1995 um panfleto chamado *Compañeras, participa en la lucha revolucionaria zapatista* e distribuiu entre as comunidades de bases de apoio. O panfleto traz um histórico das discriminações e opressões sofridas pelas mulheres, cita direitos e desafios das mulheres, como o direito à terra, a não sofrer exploração econômica e a falta de assistência médica. Em seguida, como solução propõe a participação feminina no movimento e aconselha os homens a encorajarem suas esposas e filhas a assumir responsabilidades e cargos na luta revolucionária.

O panfleto *Igualdad de derechos y oportunidades entre hombres y mujeres* foi escrito e distribuído nas comunidades zapatistas em 2001. Segundo Klein (2015), ele foi desenvolvido para estimular a discussão sobre como atingir a igualdade de gênero e o panfleto era estudado por homens e mulheres em reuniões localizadas nas sete regiões com municípios autônomos.

O documento reconhece que homens e mulheres enfrentaram pobreza e racismo, reivindicando que os homens se colocassem no lugar das mulheres. Conforme relata Klein (2015), algumas regiões zapatistas também começaram a requisitar que organizações não-governamentais desenvolvessem programas para trabalhar com homens sobre socialização masculina e gênero.

Com isso, pode-se apreender que o EZLN tem implementado ações socioeducativas com homens e mulheres na tentativa de discutir os papéis de gênero e provocar um questionamento dos valores e atitudes patriarcais impostos.

O trabalho coletivo nas cooperativas também é umas das principais estratégias para a participação feminina. Para Klein (2015), as cooperativas têm sido espaços que criaram um ambiente no qual as mulheres podem aprender sobre seus direitos, confrontar obstáculos internalizados e começar a vocalizar suas opiniões. Por ser um espaço apenas para mulheres, as cooperativas se tornam importante como local em que as mulheres podem opinar sem medo por não ter homens por perto e ganhar confiança para vocalizar suas opiniões nas assembleias gerais.

Segundo Klein (2015), o EZLN tem feito um grande esforço para organizar as mulheres em cooperativas ao longo de todo o território zapatista. As cooperativas proporcionam autonomia feminina, já que um dos objetivos é que as mulheres cuidem de suas lojas<sup>43</sup> sem nenhuma ajuda externa masculina. Para isso, são feitas oficinas que ensinam matemática avançada, contabilidade, entre outros conhecimentos. A decisão de formar uma cooperativa feminina é feita na assembleia de mulheres, as participantes da assembleia decidem que tipo de cooperativa querem, escolhem coordenadoras, discutem como organizar o projeto e o financiamento.

As cooperativas femininas geram recursos que são reinvestidos de volta na comunidade. Conforme Klein (2015), após 1994, as cooperativas começaram a responder mais às necessidades econômicas das comunidades. Os recursos gerados pelas cooperativas podem ser usados para pagar uma celebração cultural, uma mobilização política, para cobrir necessidades urgentes ou apoiar projetos comunitários.

No entanto, também podem apoiar necessidades concretas relacionadas ao gênero feminino, como por exemplo, comprar um moinho de milho<sup>44</sup> com os recursos. Assim, as mulheres facilitam seu trabalho em casa de moer milho para fazer suas refeições<sup>45</sup>. Bem como comprar remédios quando as mulheres ficam doentes ou até mesmo criar uma cooperativa de horta de vegetais para que seus filhos tenham uma alimentação mais saudável. Nas figuras abaixo, demonstra-se mulheres trabalhando nas cooperativas: a primeira é uma horta comunitária e a segunda uma padaria coletiva.

---

<sup>43</sup> As cooperativas que possuem lojas funcionam como um negócio comum e são abertos para qualquer pessoa na comunidade comprar, porém a preços acessíveis. (KLEIN, 2015)

<sup>44</sup> Milho é a base alimentícia da região, com ele são feitas *tortillas*. (KLEIN, 2015)

<sup>45</sup> Ter um moedor de milho na comunidade pode fazer muita diferença no cotidiano, visto que as mulheres frequentemente passam horas do dia moendo milho para cozinhar refeições (KLEIN, 2015).

Figura 14 – Uma horta de vegetais coletiva em Ocho de Marzo



Fonte: KLEIN, 2015.

Figura 15 – Um grupo de mulheres zapatistas no trabalho coletivo de elaboração de pão



Fonte: SIPAZ, 2016.

Além disso, os recursos das cooperativas também são utilizados para pagar o transporte das mulheres para viajar para encontros e oficinas educativas. Assim, as cooperativas enviam uma representante que depois socializa com as *compañeras* as informações aprendidas:

Dependiendo de qué es lo que se puede producir en cada pueblo se hicieron los colectivos para que se ayuden en los gastos de los pasajes cuando tienen reuniones municipales, o dependiendo qué necesidad hay dentro del mismo colectivo o dentro del pueblo. También sirven los trabajos colectivos para impulsar la participación de

las compañeras porque ahí trabajan juntas, ahí se ve que más o menos están aprendiendo la participación, el colectivismo es muy bueno para las compañeras, para que aprenden a intercambiar las ideas o los conocimientos que tienen cada una de ellas. (EZLN, 2013, p. 50)

Apesar das comunidades indígenas terem a tradição de trabalhar coletivamente, as mulheres historicamente foram limitadas aos trabalhos domésticos (KLEIN, 2015). Logo, para muitas mulheres, trabalhar em cooperativas é o primeiro local no qual elas começam a participar dos espaços públicos, sendo um ambiente no qual podem adquirir autonomia, independência financeira e um local de discussões, debates e socialização de informações.

Diante do exposto, aponta-se que o EZLN tem se empenhado em estimular a participação feminina nas atividades dos governos autônomos a partir de distintas estratégias, tais como ações concretas que dão mais condições de participação como o acesso à educação formal e às cooperativas; assim como práticas educativas tal qual a discussão de temáticas de gênero nas rádios e panfletos.

Entretanto, cabe frisar que para além de estimular é necessário criar condições objetivas de participação. Para isso, é necessário um trabalho sistemático, educativo e institucionalizado entre homens e mulheres para refletirem sobre a sociabilidade patriarcal e compreender os aspectos sociais, culturais e relacionais que impactam os modos de viver e ser dos gêneros na sociedade. Assim, possibilitando que as mulheres tenham condições concretas de ocupar espaços públicos sem a sobrecarga do acúmulo desigual de tarefas no âmbito doméstico.

#### **4.2 - “NO TE RINDAS, NO TE VENDAS, NO CLAUDIQUES”! DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS GOVERNOS AUTÔNOMOS DO EZLN NA ATUALIDADE**

*Es como una construcción de humanidad lo que se quiere, es lo que estamos tratando de cambiar, otro mundo es lo que se quiere. Es la lucha de todo lo que estamos haciendo, hombres y mujeres, porque no es una lucha de mujeres ni es una lucha de hombres. Cuando se quiere hablar de una revolución es que van juntos, va para todos entre hombres y mujeres, así se hace la lucha. (Yolanda, Promotora de educación do MAREZ Magdalena de la Paz)*

A participação feminina no movimento tem obstáculos, entre os principais identificados a partir dos relatos reunidos na cartilha “Participación de las mujeres en el gobierno autónomo” (EZLN, 2013) estão:

- violência simbólica de gênero contra as mulheres;
- sobrecarga de tarefas domésticas;
- falta de acesso à educação formal;
- controle dos pais/maridos; e
- violência sexual.

Segundo Bourdieu (2007 apud PINHO, 2020, p. 3), a violência simbólica pode ser entendida como “uma disciplina usada contra outrem para confirmar sua posição na hierarquia social”. Nesse sentido, entende-se aqui, a violência simbólica de gênero contra as mulheres zapatistas como condutas que pretendem deslegitimá-las através de estereótipos de gênero que lhes negam competência de assumir cargos.

Segundo o EZLN (2013), conforme afirma Nabil, integrante do Conselho Autônomo do MAREZ Tierra y Libertad, muitas vezes, as mulheres temem aceitar cargos por terem medo de que zombem ou debochem delas, pelo fato de não saberem realizar certas tarefas. Há, inclusive, uma nomenclatura utilizada para ridicularizar erros cometidos pelas mulheres: *problemas de faldas*.

Pode-se perceber que a violência simbólica de gênero contra as mulheres faz com que elas temam assumir cargos que antes não eram socialmente delegados às mulheres. Sobre esse assunto uma militante faz uma interessante reflexão:

Nosotras nos preguntamos por qué. ¿Por qué las mujeres cuando cometen ese error no pueden seguir su trabajo y por qué los compas, aunque sea que se meten en problema de ese tipo, siguen con su trabajo? (EZLN, 2013, p.32)

Dessa forma, por causa desse cenário, há um desestímulo para que as mulheres aceitem cargos, já que muitas vezes seus erros acabam pesando socialmente muito mais que os masculinos, gerando uma reprovação social.

O principal desafio apontado pelas mulheres é a sobrecarga de tarefas domésticas devido à divisão sexual do trabalho na sociabilidade capitalista na qual é atribuída às mulheres o cuidado do lar e dos filhos. Logo, quando essas mulheres são chamadas para a cena pública, isso significa, na maioria das vezes, um acúmulo de tarefas tanto do âmbito público como do privado.

Assim, assumir cargos nas comunidades, segundo o EZLN (2013), significa amiúde, para as mulheres, chegar da sua função pública em uma casa parecendo um “chiqueiro” porque não faz parte da educação masculina aprender cuidados domésticos básicos como cozinhar, limpar, cuidar dos filhos:

También el que el compañero no esté acostumbrado a hacer oficios dentro del hogar, cuidar los hijos, lavar la ropa, hacer la comida, es lo que dificulta que la compañera

pueda salir a hacer su trabajo, porque al compañero se le hace difícil cuidar a los hijos para que su compañera salga. (EZLN, 2013, p.6)

Logo, a solução para essa questão passa pela educação dos homens a partir da construção de uma sociabilidade antipatriarcal que reconfigure a divisão de tarefas de forma equitativa entre homens e mulheres.

Um outro obstáculo bastante apontado pelas mulheres é a falta de acesso à educação formal, direito negado às mulheres antes de 1994:

La cuarta dificultad que encontramos como compañeras y que se ha enfrentado mucho en nosotras es el problema del estudio, el no saber leer y escribir. A lo mejor es porque no tuvimos quién nos enseñe, especialmente las compañeras que estaban ya grandes en el 94, cuando se inició. A veces se le da el cargo a esa compañera y lo primero que nos dice es “no sé leer ni escribir”. Tal vez tiene razón porque antes de 94 no había educación para nuestros padres. (EZLN, 2013, p.10)

Segundo o EZLN (2013), não saber ler e escrever faz, frequentemente, com que as mulheres se sintam incapazes de assumir cargos nos governos autônomos, já que, muitas vezes, envolve cálculos e ser alfabetizada. Nesse sentido, as mulheres têm se apoiado na tentativa de amenizar esse problema, assumindo conjuntamente cargos, assim, duas militantes - uma que sabe ler e uma que não sabe - assumem uma função e se ajudam mutuamente nas tarefas. Além disso, as JBGs costumam nomear agentes para dar aulas de alfabetização e matemática básica para as mulheres.

Diante disso, ressalta-se que a participação das mulheres nas atividades dos governos autônomos passa diretamente pela efetivação do direito à educação, já garantido na LRM. Assim, demonstra-se relevante a estratégia ezelenista de estimular o acesso à *escuelita* zapatista pelas meninas das novas gerações, ao mesmo tempo que garantir a educação àquelas que não tiveram acesso no tempo “correto”.

Outro entrave identificado é o controle dos pais/maridos, impedindo as mulheres de realizarem atividades fora do âmbito doméstico. Assumir um cargo público implica na transgressão dos papéis de gênero impostos até então, logo, conforme o EZLN (2013), havendo uma desconfiança dos pais/ maridos quando as mulheres decidem assumir funções:

Este problema que tenemos no solamente es problema de las compañeras, incluye a los compañeros también, porque cuando se le da un cargo a una compañera a veces los compañeros no dejan salir a su esposa o a su hija, ya depende, hay veces no le dan el derecho, la libertad, por eso el problema incluye también a los hombres. (EZLN, 2013, p.24)

Em consideração a isso, o enfrentamento dessa situação passa pelo envolvimento dos homens por meio da reflexão dos papéis de gênero que tornam desiguais as relações de poder entre homens e mulheres, competindo aos homens o controle e o subjugo às mulheres, por consequência, uma debilitação na participação feminina.

Um desincentivo amiúde citado é a violência sexual. Segundo SIPAZ (2016), a região de conflito ezelenista em Chiapas vive uma guerra de baixa intensidade, ou seja, não são conflitos que requerem grandes quantidades de derramento de sangue para desmobilizar ou paralisar processos organizativos opositores ao governo mexicano.

Assim, na região, o estupro tem sido utilizado como estratégia de guerra pelos grupos governistas. Conforme SIPAZ (2016) há alguns episódios simbólicos desse cenário: estupro coletivo de três mulheres tzeltales, em 1994, por um grupo de militares; o estupro de três enfermeiras em San Andrés Sakam'chen de los Pobres por um grupo de homens armados e encapuzados no momento em que voltavam de uma jornada de vacinação, em 1995; o estupro de uma cidadã estadunidense e coordenadora da *Comisión Nacional por la Democracia en México* em Comitán, no ano de 1995. Segundo Passos e Losurdo (2017, p. 157):

Compreende-se assim como o estupro se revela uma prática comum durante os conflitos bélicos, sendo inclusive utilizado como estratégia de guerra, haja vista que as mulheres dos territórios invadidos e ocupados são ainda mais facilmente tomadas como objetos, sobre os quais um novo domínio deve ser estabelecido e publicizado.

À vista disso, entende-se o estupro como forma simbólica de poder, além de uma profunda violência física e psicológica. Conforme Segato (2005 apud PASSOS e LOSURDO, 2017), a violação sexual é uma prática alegórica que associa em sua significação controle, domínio e soberania a partir das posições hierárquicas construídas socialmente, delimitadas pelo gênero.

Dessa forma, segundo a cartilha do EZLN (2013), as mulheres têm apontado o assédio sexual e o medo de sofrer uma violência sexual como inibidores de sua participação nas atividades dos governos autônomos. Para exercer cargos, como já explanado, é necessário, muitas vezes, viajar para longas distâncias a pé ou se utilizando de algum transporte. Logo, frequentemente, nesses espaços as mulheres relatam assédio sexual, principalmente dos homens não-ezelenistas.

Portanto, pode-se perceber que a condição de ser mulher em uma sociabilidade capitalista e patriarcal na qual os corpos das mulheres são objetificados e vulneráveis a violências, torna-se um obstáculo à participação das mulheres em um contexto em que o estupro tem sido usado como arma de guerra.

Além dessa profunda problemática, aponta-se que em certos momentos da cartilha “Participación de las mujeres en el gobierno autónomo”, que reúne relatos das mulheres zapatistas sobre sua participação em diversas instâncias ezelenistas, é possível identificar um discurso de culpabilização das próprias mulheres por não serem ativas em atividades fora do ambiente doméstico:

El problema que se han presentado en los trabajos dentro del pueblo es que a veces no hay participación de todas las compañeras. Ése es uno de los problemas, que también falta conciencia para hacer el trabajo, pero como compañeras que estamos promoviendo eso, les llamamos la atención para que ellas también participen. Pero sí hay compañeras que de al tiro no quieren, porque ponen pretexto que sus hijos, sus animales o todos los obstáculos que ya se dijeron, pero es la minoría las que no quieren, de la mayoría si hay participación. (EZLN, 2013, p. 52)

Como é possível perceber, é presente nos discursos que a falta da participação feminina é problema de falta de consciência, motivação, apontando inclusive que as mulheres inventam desculpas para não participar, como ter que cuidar dos filhos e tarefas domésticas. Entretanto, é necessário refletir a partir do contexto social em que as *compañeras* se inserem e não a partir de uma análise individual de culpabilização das mulheres.

Como já exposto, o trabalho doméstico não é socialmente dividido de forma igualitária e as tarefas de cuidado são designadas para as mulheres. Logo, sem uma redistribuição de funções entre os gêneros, assumir um cargo significa, na maioria das vezes, sobrecarga de tarefas domésticas para as mulheres devido à tripla marginalização.

Diante do exposto, identifica-se que as mulheres zapatistas têm encontrado diversos desafios para sua participação nas atividades de âmbito público ezelenista. As principais dificuldades identificadas estão diretamente relacionadas com o papel social construído historicamente para as mulheres na sociabilidade capitalista.

Por isso, é importante que a tripla marginalização das mulheres indígenas chiapanecas seja considerada na discussão, assim como o papel dos homens para enfrentamento da questão. Logo, é necessário trazer os homens para reflexão sobre o seu processo de autorresponsabilização coletiva na inibição da participação feminina nas atividades, a fim de (re)construir uma sociabilidade antipatriarcal e anticapitalista. Assim, a partir de uma reconstrução equitativa de papéis entre homens e mulheres, elas poderão, finalmente, participar em pé de igualdade com os homens.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo geral desse trabalho de conclusão de curso foi analisar como tem se dado a participação das mulheres zapatistas nos governos autônomos do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) desde 1994 até a atualidade. Esse objetivo encontra-se na relação entre a tripla marginalização das mulheres zapatistas e o compromisso ezelenista com o extermínio de todos os tipos de opressão.

O caminho investigativo para alcançar o objetivo requisitou o aprofundamento nas categorias teóricas: lutas sociais, neoliberalismo e gênero. No que se refere ao conhecimento

teórico, esse trabalho pode contribuir para a compreensão de como as particularidades da formação socioeconômica latino-americana e sua atual posição geopolítica na estrutura capitalista influi nos movimentos sociais da região, nesse caso, o Exército Zapatista de Libertação Nacional no México. Assim como apresentar como tem se dado a tentativa de reconstrução de uma nova sociedade com uma perspectiva anticapitalista e antipatriarcal que visa extinguir a exploração de gênero. Por conseguinte, a título de considerações finais, apresenta-se algumas indicações, a partir das análises realizadas.

O EZLN é uma luta social, e segundo Montañó e Duriguetto (2014) esses movimentos são derivações específicas das lutas de classe ao mesmo tempo que as constituem. Assim, as reivindicações ezelenistas por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz (EZLN, 1994), possuem particularidades e especificidades, ao mesmo tempo em que são apreendidas como expressões da questão social, sendo esse último, objeto de estudo e intervenção do Serviço Social.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional se apresentou para o mundo em 1º de janeiro de 1994 em uma tomada armada de cidades chiapanecas. O movimento conseguiu sintetizar em demandas a secular e histórica opressão dos povos indígenas da região de Chiapas, intensificada através das medidas neoliberais a partir dos anos 80 no México.

Com a degradação das condições de vida das classes subalternas pela implantação do neoliberalismo, o EZLN foi um dos movimentos latino-americanos dos anos 1990 que buscou lutar contra o capitalismo fora dos limites estatais. Pode-se inferir que ao constatar que a democracia neoliberal burguesa jamais poderia proporcionar a emancipação humana, os ezelenistas decidiram construir um movimento autônomo do governo mexicano a fim de romper com todas as formas de opressões e explorações capitalistas, inclusive a de gênero.

Portanto, o EZLN em sua perspectiva teórica e prático-política apresenta um projeto alternativo ao capital. Assim, o movimento busca estabelecer conexões entre as várias expressões da questão social orientada para a construção de uma resistência contra-hegemônica ao capitalismo. Nesse sentido, esse estudo pode contribuir para o entendimento do Serviço Social sobre uma possibilidade histórica de construção de um movimento que visa implementar uma nova sociedade contra a ordem do capital, extinguindo todo tipo de exploração. À vista disso, a luta ezelenista vai diretamente ao encontro de um dos princípios éticos do projeto societário da profissão.

O EZLN conseguiu agregar um número expressivo de mulheres no movimento, principalmente pelo descontentamento com as precárias condições de vida e as limitações impostas pelos estereótipos de gênero. Diante disso, pode-se constatar que o movimento

conseguiu se apresentar como um meio de melhoria das condições de vida das mulheres e uma nova perspectiva sobre os papéis femininos socialmente designados, principalmente após a Lei Revolucionária das Mulheres (LRM). Assim sendo, os/as zapatistas incluíram o gênero em sua perspectiva teórica e prático-política, reconhecendo as desigualdades entre homens e mulheres e se comprometendo a combatê-las.

A partir desse horizonte teórico, em seu sistema jurídico-normativo, o movimento garantiu a participação feminina em todos os níveis e cargos a partir de sua capacidade e vontade. Entretanto, pode-se constatar que apesar das mulheres zapatistas terem de inserido em todas as instâncias ezelenistas, elas ainda se encontram em menor número naquelas socialmente vistas como masculinas como no âmbito militar e político, devido às próprias especificidades de gênero.

Diante disso, em relação a participação nos governos autônomos, pode-se identificar que as estratégias utilizadas pelo EZLN para incentivar a participação feminina se dividem em ações concretas que dão mais condições de participação como o acesso à educação formal e às cooperativas; bem como práticas educativas emancipatórias tal qual a discussão de temáticas de gênero nas rádios e panfletos.

Entretanto, pode-se perceber que não há uma prática sistematizada e institucionalizada que envolva homens e mulheres em um processo educativo de reflexão sobre a sociabilidade patriarcal imposta que gera condições desiguais de participação no movimento entre homens e mulheres. Assim, infere-se que essas estratégias se mostram limitadas no que se refere à criação de condições equitativas de participação entre gêneros.

Além disso, os principais desafios enfrentados pelas mulheres para participação nas atividades dos governos autônomos identificados nesse estudo se relacionam diretamente com a condição feminina na sociabilidade capitalista. Por essa razão, torna-se necessário incluir os homens nesse processo reflexivo coletivo no qual homens têm papel fundamental na inibição da participação feminina nas atividades fora do ambiente doméstico. Dessa forma, a partir de práticas educativas emancipatórias que visem extirpar a exploração de gênero - dando condições objetivas de participação feminina, juntamente com estratégias de estímulo à atuação das mulheres nas diversas instâncias, tornar-se-á possível a participação equitativa entre gêneros.

Portanto, pode-se inferir que apesar da LRM conferir direitos e deveres iguais para os gêneros, isso não significa aceitação completa dos homens zapatistas e nem participação igualitária entre os gêneros.

Entretanto, é necessário frisar que esse processo exploratório das mulheres está vigente há mais de 500 anos, enquanto o EZLN como luta descoberta tem menos de 30 anos. Isso significa pouquíssimo tempo na linha histórica, por conseguinte, apenas a reforma do sistema jurídico-normativo sem a reconstrução da formação sociocultural como totalidade não provoca mudanças efetivas.

Apesar disso, em 27 anos, pode-se afirmar que o EZLN já provocou mudanças profundas nas relações de gênero vividas até então. Em um país que tem 10 casos de feminicídio e desaparecimento de mulheres por dia (BELLANI, 2020), no território zapatista, no ano de 2019, não houve casos de feminicídios, nem de mulheres desaparecidas (EZLN, 2019). Além disso, em uma cultura na qual o direito à educação era negado às mulheres, em 2006, com apenas 12 anos de movimento, a paridade numérica entre homens e mulheres nas escolas estava quase sendo atingida, conforme dados do Primeiro Encontro dos Povos Zapatistas e os Povos do Mundo (apud SANTOS, 2008).

Diante disso, as análises evidenciaram que apesar de recente, o EZLN tem dado os primeiros passos rumo a construção de uma nova sociedade sem exploração de gênero ao incorporar a luta de gênero na sua luta geral anticapitalista. Assim, a partir da: desnaturalização dos papéis socialmente criados para homens e mulheres; práticas educativas emancipatórias e institucionalização de medidas de paridade de gênero; o EZLN trilha o caminho rumo à uma nova sociabilidade. Nesse sentido, pode-se constatar que o movimento zapatista tem promovido uma significativa reforma acerca das relações de gênero enquanto uma dimensão que é fundamental para a construção da luta por uma ordem societária sem exploração rumo à emancipação humana.

## Referências

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, v. 1, 2009.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI—da luta armada como política (o caso EZLN)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

ALMEIDA, Paul D. Defensive mobilization: Popular movements against economic adjustment policies in Latin America. **Latin American Perspectives**, v. 34, n. 3, p. 123-139, 2007.

BELLANI, Orsetta. **Las mujeres en lucha del mundo se encuentran en territorio zapatista**. Pikara Online Magazine, 2020.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas neoliberais na América Latina: um balanço geral. **AEDOS**, v. 9, n. 21, p. 31-56, 2017.

BONIACK, Paula M. **Mujeres bases de apoyo zapatistas: la acción colectiva y el orden de género del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)(2007-2018)**. Tese de doutorado. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2019.

CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Polis Revista Latinoamericana**, n. 47, 2017.

CASTELLANOS, Laura. **Gobierna el EZLN a 250 mil indígenas**. El Universal, 2014. Disponível em: < <https://archivo.eluniversal.com.mx/nacion-mexico/2014/impreso/gobierna-el-ezln-a-250-mil-indigenas-211992.html>>. Acessado em: 27/06/2021.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. **Pensando famílias**, v. 19, n. 2, p. 132-147, 2015.

COLLIER, George Allen; QUARATIELLO, Elizabeth Lowery. **Basta! Land and the Zapatista rebellion in Chiapas**. Food First Books, 2005.

COSTA, Ismar Capistrano. Sentidos culturais da Radio Rebelde Zapatista: imaginários de outros mundos possíveis. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, p. 45-60, 2017.

DESINFORMÉMONOS. **En territorios zapatistas no hay feminicidios ni mujeres desaparecidas**. Desinformémonos, 2020. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275\\_603687.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html)>. Acessado em: 24/07/2021.

DIAS, Júlia Machado. **Outros olhares, outros saberes: contribuições dos feminismos e das mulheres zapatistas para as relações internacionais**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Economia e Relações Internacionais. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 139. 2019.

DÍAZ, Alejandra A. **Género y Vida Cotidiana: las mujeres zapatistas de Roberto Barrios**. 2003. Tese de Doutorado. Tesis para obtener el grado de Maestra en Antropología Social, ENAH.

EL PAÍS. “A solução mais fácil era botar o Michel”. **Os principais trechos do áudio de Romero Jucá**. El País Brasil, 2016. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275\\_603687.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html)>. Acessado em: 23/03/2021.

EZLN. **Ley Revolucionaria de las Mujeres**. Chiapas, México, 1993.

\_\_\_\_\_. **Primera Declaración de la Selva Lacandona**. Chiapas, México, jan. 1994. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acessado em: 23/03/2021.

\_\_\_\_\_. **Primera Declaración de La Realidad. Contra el neoliberalismo y por la humanidad.** Chiapas, 1996.

\_\_\_\_\_. **7 piezas sueltas del rompecabezas mundial (El neoliberalismo como rompecabezas: la inútil unidad mundial que fragmenta y destruye naciones).** Chiapas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Leer un video Segunda parte: Dos fallas.** Chiapas, 2004. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/21/leer-un-video-segunda-parte-dos-fallas/>>. Acessado em: 26/06/2021

\_\_\_\_\_. **Quinta Declaración de la Selva Lacandona.** Chiapas, México, jun. 2005. Disponível em: <<https://radiozapatista.org/?p=20289>>. Acessado em: 28/02/2021.

\_\_\_\_\_. **Sexta Declaração da Selva Lacandona.** Chiapas, 2005a.

\_\_\_\_\_. Participación de las mujeres en el Gobierno Autónomo: **Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según l@s Zapatistas”.** [S.l.: s.n.], 2013. (Escuelita Zapatista).

\_\_\_\_\_. **PALABRAS DE LAS MUJERES ZAPATISTAS EN LA INAUGURACIÓN DEL SEGUNDO ENCUENTRO INTERNACIONAL DE MUJERES QUE LUCHAN.** [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/12/27/palabras-de-las-mujeres-zapatistas-en-la-inauguracion-del-segundo-encuentro-internacional-de-mujeres-que-luchan/>>. Acessado em: 24/07/2021.

FERREIRA, Jessé Gomes; LIMA JÚNIOR, Francisco do O. de. Políticas Públicas do Período Lula: Um Olhar em Busca de Elementos Keynesianos. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 3, n. 2, 2014.

FILHO, Antônio Santos. A experiência neoliberal na América Latina e o exemplo mexicano: uma década de promessas não cumpridas. **Ameríndia**, v. 4, n. 4, 2007.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Endereçamentos da Rádio Rebelde Zapatista: articulações e autonomia. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 14, n. 28, 2015.

FUNDACIÓN CARLOS SLIM. **Chiapas Selva Lacandona.** FSC, 2018.

GARCÍA, Alma Padilla. **Mujeres y feminismo en el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN).** Universidad Complutense de Madrid, 2017.

GARDNER, J.A.; RICHARDS, P. Indigenous Rights and Neoliberalism in Latin America. In: Ratuva S. (eds). **The Palgrave Handbook of Ethnicity.** Palgrave Macmillan, Singapore, 2019. [https://doi.org/10.1007/978-981-13-2898-5\\_70](https://doi.org/10.1007/978-981-13-2898-5_70)

GOBIERNO DEL ESTADO DE CHIAPAS. Capítulo XXIII: Estadística de población. **Instrumentos normativos para la formulación del anteproyecto de presupuesto de egresos.** Chiapas, México, 2014.

GRUGEL, Jean; RIGGIROZZI, Pía. Post-neoliberalism in Latin America: Rebuilding and reclaiming the State after crisis. **Development and change**, v. 43, n. 1, p. 1-21, 2012.

REBELO, F. P.; GUERRA, L. A. Participação política das mulheres zapatistas: desafios e resistências. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2017. DOI: 10.26512/interethnica.v20i1.15333. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/15333>. Acesso em: 21 jul. 2021.

GUILLÉN, Beatriz. **Un informe denuncia 45 asesinatos de activistas en México en 2019 y 2020**. El País, 2021.

HARVEY, David. **O neoliberalismo, história e implicações**, trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, n. 2, p. 238-248, 2011.

KAMPWIRTH, Karen. **Women and guerrilla movements**. Penn State University Press, 2002.

KLEIN, Hilary. **Compañeras: Zapatista women's stories**. Seven Stories Press, 2015.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Brasiliense, 2017.

LAGARDE, Marcela. Identidad femenina e insurrección en México (las zapatistas del Ezn-1994). **Revista ABRA**, v. 14, n. 19, p. 23-34, 1994.

LAGIER, Rocío Ruiz. México; la dictadura perfecta? **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM**, n. 38, 2019.

LATAPI, Agustín Escobar; DE LA ROCHA, Mercedes González. Crisis, restructuring and urban poverty in Mexico. **Environment and Urbanization**, v. 7, n. 1, p. 57-76, 1995.

LOZANO, Guillermo Olivera. La reforma al artículo 27 constitucional y la incorporación de las tierras ejidales al mercado legal de suelo urbano en México. **Scripta Nova Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 9, 2005.

LUSTIG, Nora. The 1982 debt crisis, Chiapas, NAFTA, and Mexico's poor. **Challenge**, v. 38, n. 2, p. 45-50, 1995.

MACHADO, Eliel. Lutas e resistências na América Latina hoje. **Revista Lutas & Resistências**. Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, n. 1, p.54-64. Londrina: Midiograf, 2006.

MARMITT, Diana Rambo. **A economia brasileira em processo de estagnação: uma breve análise do período 2011 a 2015**. Trabalho de conclusão de especialização em finanças e mercado de capitais. UNIJUÍ, 2016.

MARTINEZ, David Morales; OLIVEIRA, Thays Felipe de. Políticas neoliberais na América Latina: uma análise comparativa dos casos no Brasil e Chile. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2015.

MILLÁN, Mária. **Des-ordenando el género / ¿Des-ordenando la nación? El Zapatismo de las mujeres indígenas y sus consecuencias**. México: UNAM, 2014.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. Cortez Editora, 2014.

MURILLO, Víctor M. S. **Los saldos perversos de la política neoliberal en México: estancamiento económico, corrupción, desigualdad y pobreza, violencia e inseguridad (1983-2015)**. Ciudad de México: Colofón, 2017.

NETTO, Sebastião Leal. **A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NICTÉ, Fabiola Escárzaga. La emergencia indígena contra el neoliberalismo. **Política y cultura**, n. 22, p. 101-121, 2004.

PASSOS, Kennya Mesquita; LOSURDO, Federico. Estupro de guerra: o sentido da violação dos corpos para o direito penal internacional. **Revista de Género, Sexualidade e Direito**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 153-169, 2017.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Neoliberalism and the social movements: mobilizing the resistance. In: PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Social Movements in Latin America**. Palgrave Macmillan, New York, p. 79-117, 2011.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Género e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

PINTO, E. C. América Latina na primeira década do século XXI: “efeito China” e crescimento com inclusão. In: OICHDPP. **Estudos e análises: contexto econômico e social**. Brasília: OICHDPP, 2013.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997.

PONTES, Reinaldo. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social. **Boletim Eletrônico Surá, San José**, n. 31, p. 6, 1999.

RIZZI, Ester Gammardella. **Revolução mexicana: o direito em tempos de transformação social**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RODRÍGUEZ, Rafael Guerrero. Neoliberal transition in Latin America: examining the gap between theory and practice. The cases of Chile and Mexico. Espacialidades. **Revista de temas contemporâneos sobre lugares, política y cultura**, v. 4, n. 2, p. 68-88, 2014.

ROJAS, Odín Ávila. La experiencia zapatista: análisis sobre sus prácticas democráticas. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 31, n. 42, p. 195-211, 2018.

ROVIRA, Guiomar. **Mujeres de maíz**. Ediciones Era, 2002.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Juliana Silva dos. **O movimento zapatista e a educação: direitos humanos, igualdade e diferença**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SERVICIO INTERNACIONAL PARA LA PAZ. **Luchar con corazón de mujer: Situación y participación de las mujeres en Chiapas (1995-2015)**. SIPAZ, 2016.

SILVA, Clara Cecilia Seguro da. Memória das mulheres zapatistas: participação, mobilização e a construção do ser mulher no movimento zapatista. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.

SMITH, Joseph. **Historical Dictionary of United States-Latin American Relations**. Scarecrow Press, 2006.

STEPHEN, Lynn. Democracy for whom? Women's grassroots political activism in the 1990s, Mexico City and Chiapas. In: OTERO, G. (Ed.). **Neo-liberalism revisited: Economic Restructuring and Mexico's Political Future**, 1996.

TONET, Ivo. Qual política social para qual emancipação. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 279-295, 2015.

VANDEN BERGHE, Kristine. Entre Susana y Dulcinea. Imágenes femeninas en el discurso zapatista. **México en Movimiento**, v. 8, p. 115-128, 2001.

VARGAS, Edel Cadena. El neoliberalismo en México: saldos económicos y sociales. **Quivera Revista de Estudios Territoriales**, v. 7, n. 1, p. 198-236, 2005.

VUORISALO-TIITINEN, Sarri. Un análisis crítico del discurso sobre la (des) igualdad de las mujeres zapatistas. **Cuadernos Inter. cambio sobre Centroamérica y el Caribe**, v. 13, n. 2, p. 55-81, 2016.

YOUNG, Linda Wilcox. The Impact of Neoliberalism on Women in Mexico: A Survey of the Evidence and Prospects for the Future. **Meeting of the Latin American Studies Association**, Chicago, Illinois, September, 1998.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2020.